



RELATÓRIO

Assunto: BALANÇO GERAL DO ESTADO - Exercício 2013

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2013, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO - BGE, o qual se constitui na prestação de contas do Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz, à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o BGE atende às normas e técnicas de contabilidade, devendo ser encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas no prazo regulamentar, em cumprimento à Constituição Estadual Art. 54 inciso XVIII e é constituído dos Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Demonstrações das Variações Patrimoniais, bem como dos demais Anexos da Lei Federal nº 4.320/64.

1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei nº 3.778, de 18 de julho de 2012, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO¹, para o exercício de 2013, e na Lei nº 3.845, de 26 de dezembro de 2012 e Anexos, Lei Orçamentária Anual – LOA², que estimou as receitas e fixou as despesas do Estado em R\$ 12,985 bilhões, sendo R\$ 9,458 bilhões do orçamento fiscal e R\$ 3,527 bilhões da seguridade social, que somados aos investimentos das empresas do Estado com R\$ 260 milhões, totalizam R\$ 13,245 bilhões.

¹ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

² Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.



1.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

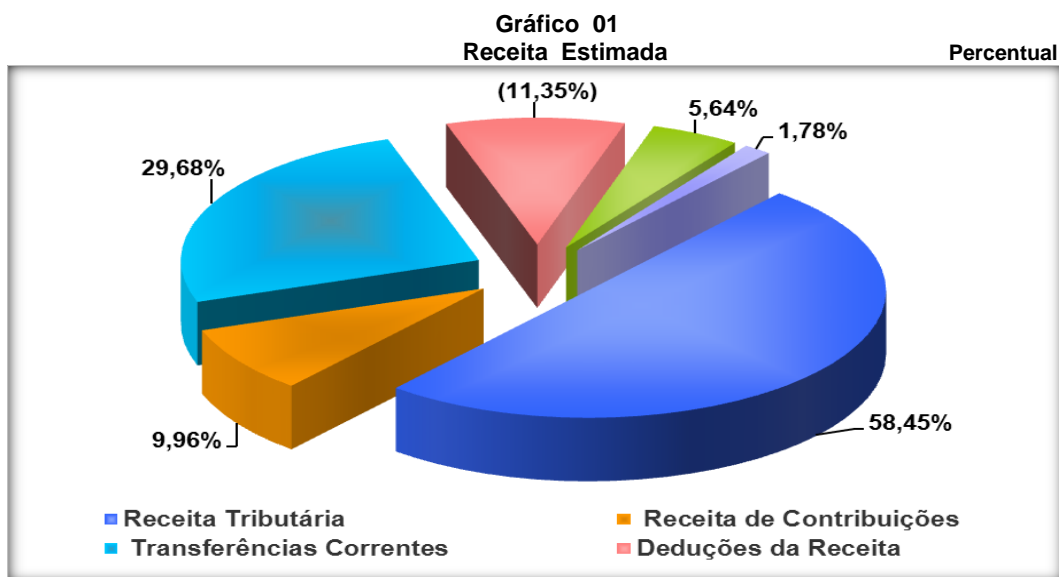
A receita do Estado do Amazonas estimada para o exercício de 2013, considerando as orçamentárias e intraorçamentárias foi de R\$ 12,985 bilhões, já incluindo as deduções para o FUNDEB³ com R\$ 1,474 bilhão. Destacam-se as participações das fontes receita tributária, com percentual de 58,45% e transferências correntes, com 29,68%, conforme demonstramos na tabela 01 a classificação de cada receita. No gráfico 01 apresentamos as cinco principais receitas e a dedução para o FUNDEB.

Tabela 01
Receita Estimada

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÕES	RECEITA ESTIMADAS	PART. %
RECEITAS CORRENTES	13.193.039	101,61
Receita Tributária	7.589.900	58,45
Receita de Contribuições	1.293.000	9,96
Receita Patrimonial	231.428	1,78
Receita Industrial	200	0,00
Receita de Serviços	133.455	1,03
Transferências Correntes	3.853.426	29,68
Outras Receitas Correntes	91.630	0,71
RECEITAS DE CAPITAL	984.504	7,57
Operações de Crédito	732.000	5,64
Alienação de Bens	500	0,00
Amortização de Empréstimos	400	0,00
Transferências de Capital	225.004	1,73
Outras Receitas de Capital	26.600	0,20
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	281.540	2,17
Receita de Contribuições	234.040	1,80
Receita Patrimonial	500	0,00
Receita Industrial	15.000	0,12
Outras Receitas Correntes	32.000	0,25
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.473.985)	(11,35)
TOTAL	12.985.098	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



1.2 Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias

Em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 3.845 de 26 de dezembro de 2012 – LOA, as despesas para o exercício de 2013 foram fixadas no valor de R\$ 12,985 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidando os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público. Destacamos a despesa intraorçamentária, modalidade 91 com R\$ 256 milhões em pessoal e R\$ 47 milhões em outras despesas correntes, conforme demonstramos na tabela 02 e gráfico 02.

Tabela 02
Despesa Fixada

R\$ Mil

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	PART. %
DESPESAS CORRENTES	10.375.997	79,93
Pessoal e Encargos Sociais	4.926.910	37,95
d/q modalidade 91 ⁴	255.524	1,97
Juros e Encargos da Dívida	202.330	1,56
Outras Despesas Correntes	5.246.757	40,41
d/q modalidade 91	46.609	0,36
DESPESAS DE CAPITAL	2.155.498	16,60
Investimentos	1.572.589	12,11
Inversões Financeiras	31.059	0,24
Amortização da Dívida	551.850	4,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	214.435	1,64
RESERVA PREVIDENCIÁRIA	239.168	1,83
TOTAL DA DESPESA	12.985.098	100,00

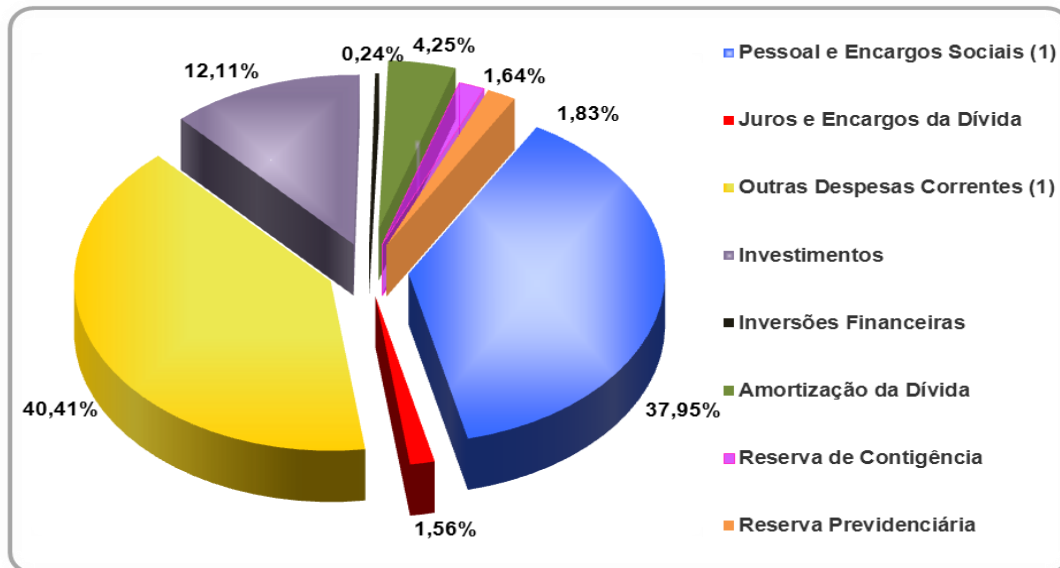
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

⁴ Modalidade 91 - Aplicação direta decorrente de operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social



Gráfico 02
Despesa Fixada

Percentual



Nota: Considerando as Despesas na Modalidade 91

1.3 Alterações Orçamentárias

No exercício financeiro de 2013 o governo realizou alterações no orçamento inicial, que representou 21,63%, conforme demonstramos na tabela 03 a seguir.

Tabela 03
Créditos Iniciais e Adicionais

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. ORÇAMENTO INICIAL	12.985.098
2. Créditos Adicionais	9.643.408
2.1 Suplementares	9.642.774
2.2 Especiais	635
3. Créditos Anulados	6.834.605
3.1 Orçamentários e Suplementares	6.834.605
4. ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)	15.793.901
ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)	21,63

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

2 GESTÃO DA RECEITA

2.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

As receitas são representadas pelos recursos que ingressaram nos cofres públicos pela SEFAZ de forma centralizada e pelos Órgãos, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas dependentes do Governo do Estado.



A receita arrecadada no exercício foi de R\$ 14,533 bilhões que comparada a receita estimada de R\$ 12,985 bilhões, conforme determinado na LOA, apresenta um excesso nominal de 11,92% ou R\$ 1,547 bilhão já considerando as deduções da receita para o FUNDEB de R\$ 1,532 bilhão, que representa 10,54% do total da receita arrecadada. Na tabela 04 e gráfico 3 demonstramos a execução da receita por categoria econômica.

Tabela 04
Execução da Receita

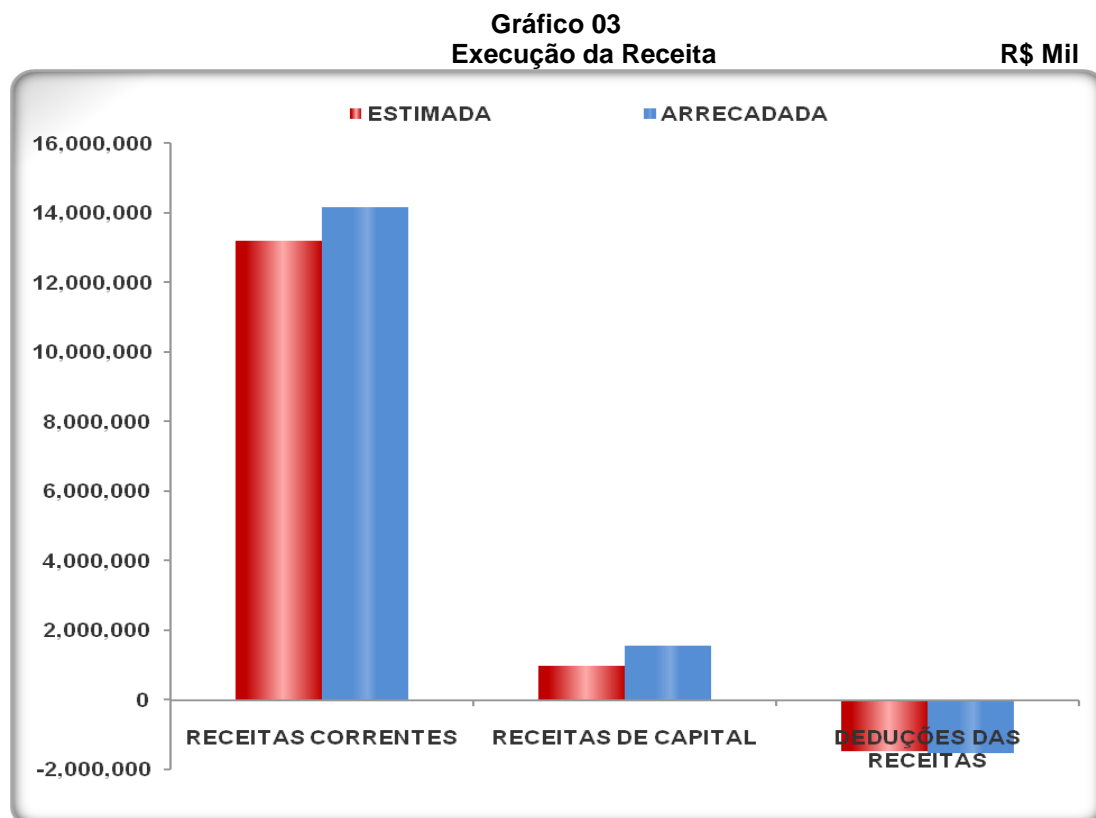
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA			R \$ Mil	
	ESTIMADA	ARRECADADA	VARIAÇÃO	REAL.	PART.
RECEITAS CORRENTES	13.193.039	14.170.239	977.200	7,41	97,51
Tributária	7.589.900	8.082.887	492.987	6,50	55,62
De Contribuições	1.293.000	1.445.580	152.580	11,80	9,95
Patrimonial	231.428	248.103	16.675	7,21	1,71
Industrial	200	2.159	1.959	979,50	0,01
De Serviços	133.455	154.365	20.910	15,67	1,06
Transferências Correntes	3.853.426	4.018.167	164.741	4,28	27,65
Outras Receitas Correntes	91.630	218.978	127.348	138,98	1,51
RECEITAS DE CAPITAL	984.504	1.548.083	563.579	57,25	10,65
Operações de Crédito	732.000	962.017	230.017	31,42	6,62
Alienações de Bens	500	225	(275)	(54,98)	0,00
Amortização de Empréstimos	400	103	(297)	(74,31)	0,00
Transferência de Capital	225.004	210.628	(14.376)	(6,39)	1,45
Outras Receitas de Capital	26.600	375.110	348.510	1.310,19	2,58
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	281.540	346.096	64.556	22,93	2,38
De Contribuições	234.040	295.920	61.880	26,44	2,04
Patrimonial	500	1.714	1.214	242,79	0,01
Industrial	15.000	12.794	(2.206)	(14,71)	0,09
Outras Receitas Correntes	32.000	35.667	3.667	11,46	0,24
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.473.985)	(1.531.787)	(57.802)	3,92	(10,54)
TOTAL	12.985.098	14.532.631	1.547.533	11,92	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Considerando as Receitas Intraorçamentárias.



Destacamos as Receitas Intraorçamentárias que foi na ordem de R\$ 346 milhões, em atendimento a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338 de 26 de abril de 2006, a fim de eliminar a dupla contagem no levantamento dos balanços e demais demonstrações contábeis, as quais foram classificadas em Contribuição com R\$ 296 milhões, Patrimonial com R\$ 2 milhões, Industrial com R\$ 13 milhões e Outras Receitas Correntes com R\$ 35 milhões.



No relatório de Evolução da Receita, em anexo, demonstramos a arrecadação mensal de 2013, por natureza da receita.

Na tabela 05 e gráfico 04, apresentamos a evolução das receitas realizadas, no período de 2009 a 2013, em valores correntes, em que o total arrecadado de 2013 apresentou uma variação nominal positiva de 71,70% ante 2009, e de 12,10% em relação a 2012, considerando as receitas Intraorçamentárias e a dedução do FUNDEB.



Tabela 05
Evolução da Receita – 2009 a 2013

R\$ Mil

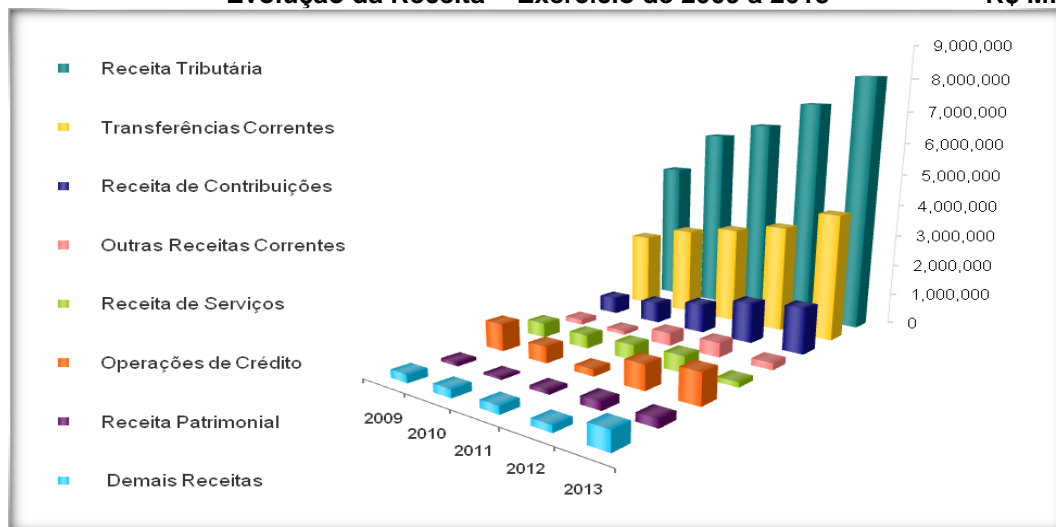
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO					VARIÇÃO %	
	2009	2010	2011	2012	2013	2013/2009	2013/2012
RECEITAS CORRENTES	8.302.362	10.066.127	11.413.660	13.077.244	14.170.239	70,68	8,36
Receita Tributária	4.642.085	5.961.008	6.405.569	7.178.538	8.082.887	74,12	12,60
Receita de Contribuições	518.149	649.743	904.977	1.267.815	1.445.580	178,99	14,02
Receita Patrimonial	103.848	65.667	114.316	247.596	248.103	138,91	0,20
Receita Industrial	12.099	13.978	13.166	4.812	2.159	(82,16)	(55,15)
Receita de Serviços	459.564	421.304	476.069	522.749	154.365	(66,41)	(70,47)
Transferências Correntes	2.401.559	2.832.217	3.098.768	3.399.163	4.018.167	67,31	18,21
Outras Receitas Correntes	165.058	122.210	400.796	456.571	218.978	32,67	(52,04)
RECEITAS DE CAPITAL	1.096.761	759.353	447.276	976.750	1.548.083	41,15	58,49
Operações de Crédito	855.436	514.905	211.819	772.175	962.017	12,46	24,59
Alienação de Bens	25.343	253	1.787	20.103	225	(99,11)	(98,88)
Amort. de Empréstimos	402	396	385	374	103	(74,46)	(72,52)
Transferência de Capital	195.786	221.734	203.222	148.221	210.628	7,58	42,10
Outras Receitas de Capital	19.794	22.065	30.063	35.877	375.110	1.795,04	945,56
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	285.294	346.096	-	21,31
De Contribuições	-	-	-	246.119	295.920	-	20,23
Patrimonial	-	-	-	2.166	1.714	-	(20,87)
Industrial	-	-	-	8.880	12.794	-	44,08
Outras Receitas Correntes	-	-	-	28.130	35.667	-	26,80
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(934.964)	(1.134.330)	(1.256.631)	(1.374.859)	(1.531.787)	63,83	11,41
TOTAL (1)	8.464.160	9.691.150	10.604.306	12.964.429	14.532.631	71,70	12,10

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores, não deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios.

Gráfico 04
Evolução da Receita - Exercício de 2009 a 2013

R\$ Mil





2.2 Receita Tributária

As receitas tributárias são provenientes de impostos e taxas arrecadadas. Na tabela 06 e gráfico 05 demonstramos as receitas tributárias que totalizaram R\$ 8,083 bilhões no exercício de 2013, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 904 milhões em relação a 2012 ou 12,60%. Fica evidenciado que a fonte de maior participação no Estado é o ICMS com 91,87% do total.

Tabela 06
Comparativo da Receita Tributária

R\$ Mil

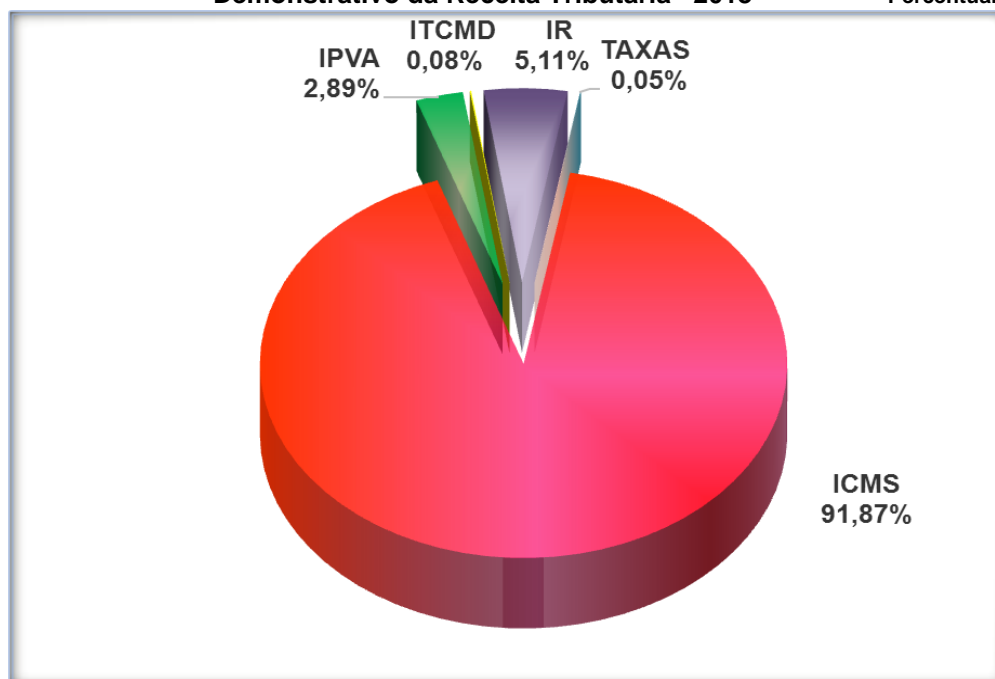
FONTE	ARRECADADO		%	
	2012	2013	PART.	VARIAÇÃO
IMPOSTOS	7.174.957	8.078.862	99,95	12,60
IR Retido na Fonte	353.481	412.830	5,11	16,79
ICMS	6.618.599	7.425.754	91,87	12,20
IPVA	197.534	233.518	2,89	18,22
ITCMD	5.343	6.761	0,08	26,54
TAXAS	3.580	4.025	0,05	12,41
TOTAL	7.178.538	8.082.887	100,00	12,60

Fonte: AFI – Sistema de Administração Financeira

Nota: Valores brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações dos Municípios.

Gráfico 05
Demonstrativo da Receita Tributária 2013

Percentual



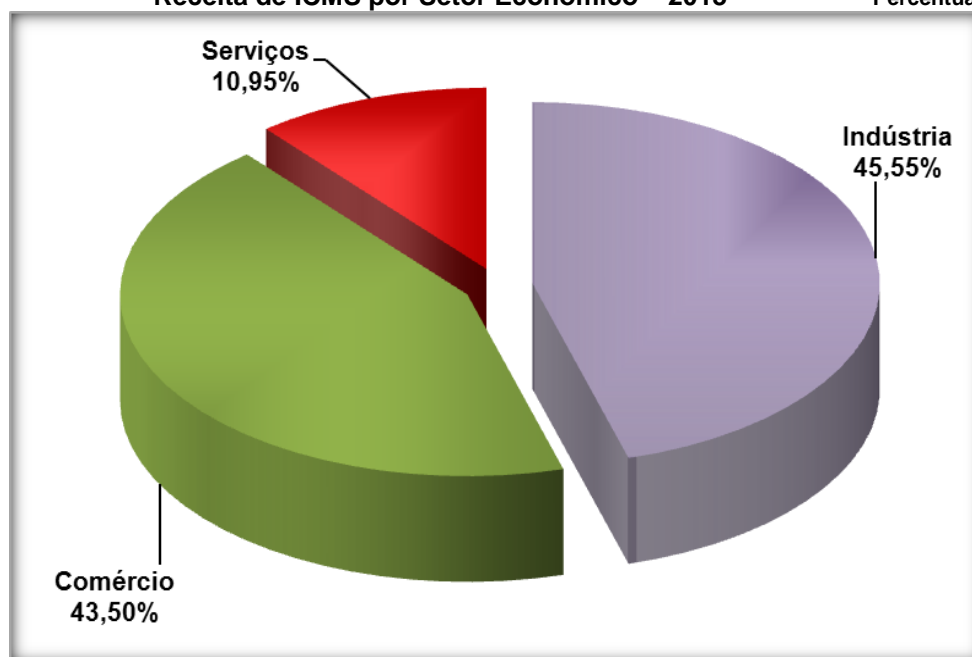
Apresentamos, na tabela 07 e gráfico 06, a arrecadação do ICMS por setor econômico, que demonstra uma variação nominal comparado ao exercício de 2012 de 12,20% ou R\$ 807 milhões, sendo o setor industrial - Polo Industrial de Manaus – PIM, o de maior participação com R\$ 3,382 bilhões ou 45,55% do total, apresentado uma variação ante 2012 de 14,20%.

Tabela 07
Arrecadação do ICMS por Setor Econômico R\$ Mil

SETOR ECONÔMICO	ARRECADADO		PART. %	VAR. %
	2012	2013		
Indústria	2.961.699	3.382.264	45,55	14,20
Comércio	2.919.372	3.230.425	43,50	10,65
Serviço	737.528	813.064	10,95	10,24
TOTAL	6.618.599	7.425.753	100,00	12,20

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Gráfico 06
Receita de ICMS por Setor Econômico – 2013 Percentual



Demonstramos na tabela 08 e gráfico 07 a evolução das receitas tributárias, em valores correntes, no período de 2009 a 2013, que apresentou uma variação nominal de 74.12% ante 2009 e de 12,60 % em relação a 2012.



Na arrecadação do IPVA de 2013, o acréscimo nominal comparado a 2012 foi de R\$ 36 milhões, o que evidencia uma variação nominal de 18,22%, e em relação a 2009, o crescimento nominal foi de R\$ 101 milhões, representando uma variação de 75,78%. Estes acréscimos se devem, principalmente, aos incentivos à produção e comercialização de veículos novos no país.

Tabela 08
Evolução da Receita Tributária – 2009 a 2013

R\$ Mil

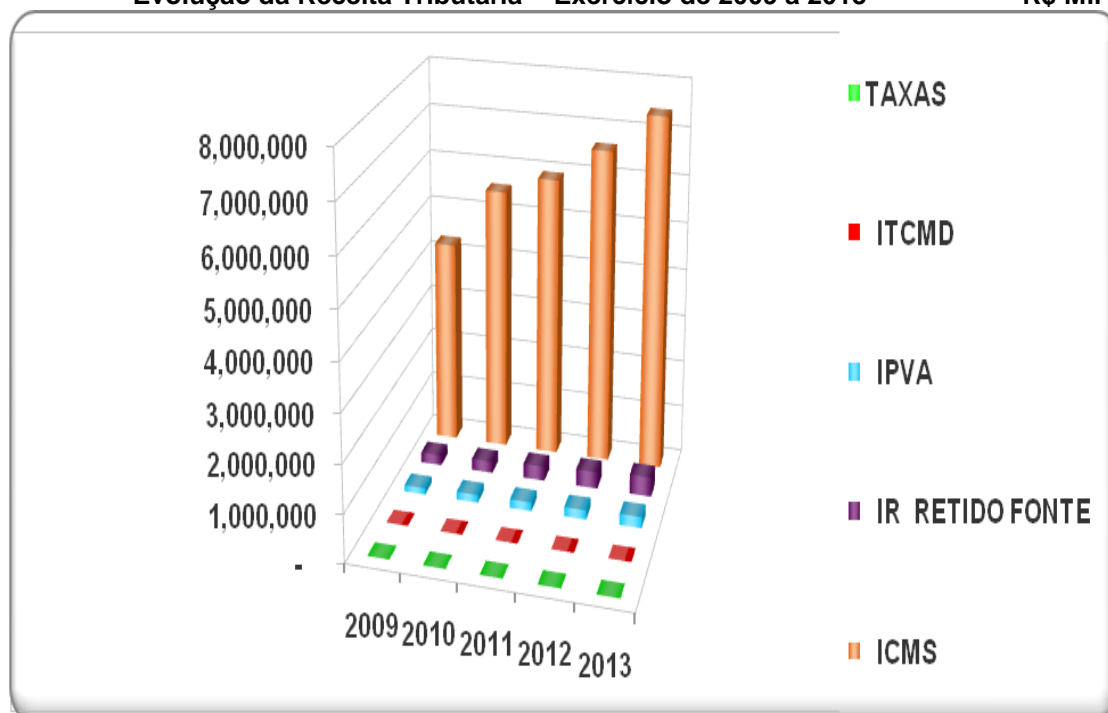
FONTE	EXERCÍCIO					PART. %	VAR.%	
	2009	2010	2011	2012	2013		2013/ 2009	2013/ 2012
IMPOSTOS	4.639.507	5.958.293	6.402.990	7.174.957	8.078.862	99,95	74,13	12,60
IR RETIDO FONTE	214.528	243.476	305.842	353.481	412.830	5,12	92,44	16,79
ITCMD	2.121	2.636	4.087	5.343	6.761	0,08	218,72	26,54
IPVA	132.849	165.464	181.084	197.534	233.518	2,89	75,78	18,22
ICMS	4.290.008	5.546.717	5.911.977	6.618.599	7.425.754	91,87	73,09	12,20
TAXAS	2.578	2.715	2.578	3.580	4.025	0,05	56,15	12,41
TOTAL	4.642.085	5.961.008	6.405.568	7.178.538	8.082.887	100,00	74,12	12,60

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações constitucionais e legais dos Municípios.

Gráfico 07
Evolução da Receita Tributária - Exercício de 2009 a 2013

R\$ Mil





No gráfico 08 e 09, apresentamos a evolução das duas principais receitas tributárias de competência do Estado (ICMS e IPVA), arrecadadas no período de 2009 a 2013, em valores correntes.



2.3 Transferências Correntes

O total arrecadado com transferências correntes, no exercício de 2013 foi de R\$ 4,018 bilhões, que comparando com 2012 houve um aumento nominal de R\$ 619 milhões, ou 18,21%, conforme demonstrado na tabela 09.



As Transferências da União apresentaram a maior participação, com 67,87%, com uma variação nominal positiva ante 2012 de R\$ 484 milhões ou 21,58%.

A Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi a fonte com maior destaque dentre as transferências correntes, com participação de 46,28% do total, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 130 milhões, equivalente a 7,55% ante 2012.

As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB, tiveram participação de 30,63% do total das transferências, apresentando uma variação nominal positiva de R\$ 143 milhões, ou seja, 13,19% ante 2012.

Tabela 09
Transferências Correntes

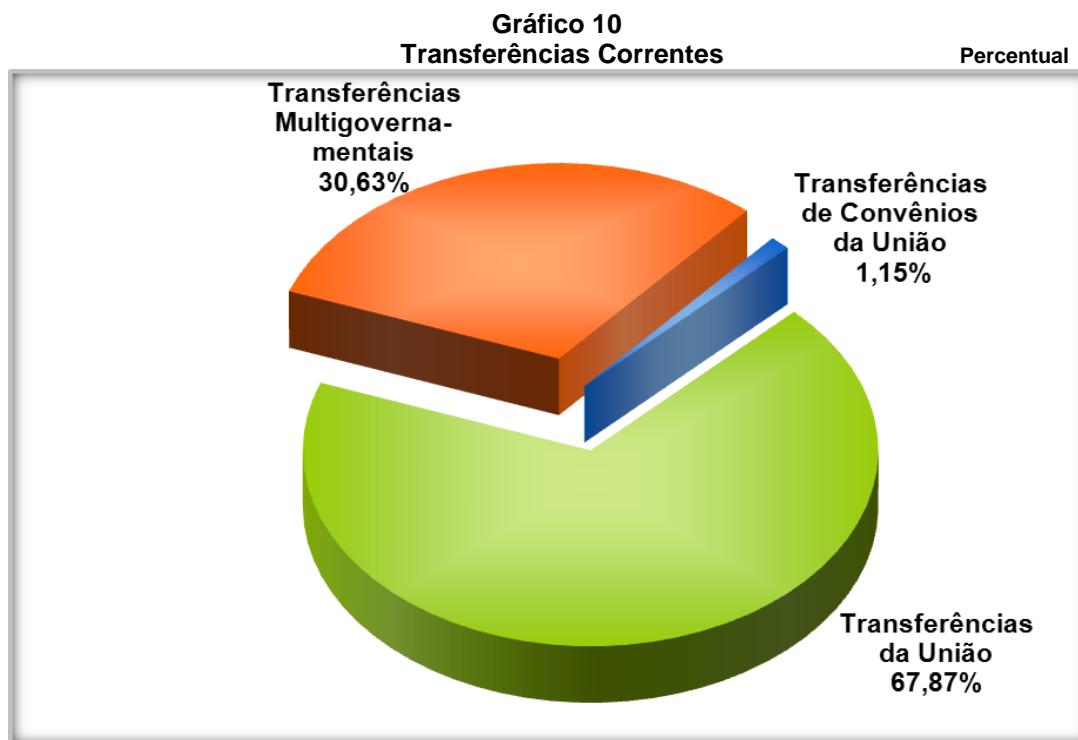
R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ARRECADADO		%	
	2012	2013	PART.	VAR.
Transferências da União	2.242.921	2.727.033	67,87	21,58
Cota-parte do F.P.E.	1.728.809	1.859.249	46,28	7,55
Cota-parte do I.P.I.	30.681	28.218	0,70	(8,03)
Cota-parte da CIDE	19.112	948	0,02	(95,04)
Transferências Financeiras - L.C. 87/96(Lei Kandir)	14.740	14.740	0,37	0,00
Cota-parte Fundo Especial Petróleo – FEP	276.737	293.618	7,31	6,10
Transferências de Recursos do SUS	29.788	428.006	10,65	1.336,87
Transferências de Recursos do FNDE	91.069	78.437	1,95	(13,87)
Transferências de Recursos do FNAS	2.819	2.418	0,06	(14,22)
Outras Transferências da União	49.166	21.399	0,54	(56,48)
Transferências Multigovernamentais	1.087.357	1.230.777	30,63	13,19
Transferências de Instituições Privadas	14.695	13.193	0,33	(10,22)
Transferências do Exterior	743	81	0,00	(89,10)
Transferências de Pessoas	42	1	0,00	(0,00)
Transferências de Convênios da União	52.822	46.129	1,15	(12,67)
Transferências de Convênios dos Municípios	52	280	0,01	439,83
Transferências de Convênios de Instituições Privadas	531	674	0,02	26,86
TOTAL	3.399.121	4.018.167	100,00	18,21

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

No gráfico 10 apresentamos as três principais participações de transferências correntes, destacam-se as Transferências da União com maior percentual de participação.



Na tabela 10 demonstramos as Transferências de convênios da União e suas Entidades, no exercício de 2013, que representam os recursos recebidos para execução de convênios pelos Estados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, que totalizaram R\$ 46 milhões. As maiores participações foram da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM com R\$ 16 milhões ou 34,08% e a Secretaria de Estado de Política Fundiária – SPF com R\$ 14 milhões ou 30,56% , que correspondem a 64,64% do total.



Tabela 10
Transferências de Convênios da União e suas Entidades **R\$ Mil**

ÓRGÃO	VALOR	PART. %
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	15.719	34,08
Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF	14.098	30,56
Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	2.286	4,96
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	2.108	4,57
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	1.859	4,03
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI	1.583	3,43
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM	1.073	2,33
Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM	1.008	2,18
Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia Alfredo da Mata -- FUAM	702	1,52
Fundação de Medicina Tropical "Dr. Heitor Vieira Dourado" - FMT/AM	677	1,47
Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - AMAZONASTUR	659	1,43
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	652	1,41
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	619	1,34
Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	558	1,21
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	475	1,03
Sec. de Estado de Artic. de Políticas Pub. aos Mov. Sociais e Populares - SEARP	410	0,89
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	364	0,79
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS	307	0,67
Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	265	0,57
Secretaria de Estado de Cultura - SEC	176	0,38
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	152	0,33
Instituto de Desenv. Agrop. e Florestal Sust. do Estado do Amazonas - IDAM	120	0,26
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND	101	0,22
Fundo Estadual de Saúde - FES	82	0,18
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS	25	0,05
Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ	22	0,05
Secretaria de Estado Dos Direitos Da Pessoa Com Deficiência - SEPED	18	0,04
Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM	11	0,02
TOTAL	46.129	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN recebeu transferências de convênios de Instituições Privadas no valor de R\$ 674 mil, a Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM receberam transferências de convênios de Municípios no montante de R\$ 240 mil e R\$ 40 mil respectivamente, que somados aos convênios da união totalizam R\$ 47 milhões.

2.4 Receitas de Capital

Na tabela 11 e gráfico 11 apresentamos a receita de capital arrecadada no Estado, que totalizaram em R\$ 1,548 bilhão, apresentando uma variação nominal positiva R\$ 571 milhões ou 58,49% em relação a 2012.

No exercício de 2013, as Operações de Créditos, ou seja, recursos a título oneroso, recebido para os investimentos que o Estado vem implementando, totalizaram R\$ 962 milhões, com participação de 62,14% do total das receitas de capital.

As Transferências de Capital são constituídas de transferências Intergovernamentais, dos convênios recebidos da União e suas entidades e de Instituições Privadas, ficando com participação de 13,61% do total das receitas de capital.

As Outras Receitas de Capital têm participação expressiva com 24,23%, referem-se à Lei Federal nº 9.478/97, art. 52, que determina o recolhimento de 1% da produção de petróleo e gás natural realizada pela PETROBRAS em terras do Estado do Amazonas, aos títulos CVS do Fundo Previdenciário e as diversas restituições para o Tesouro.

Tabela 11
Receitas de Capital

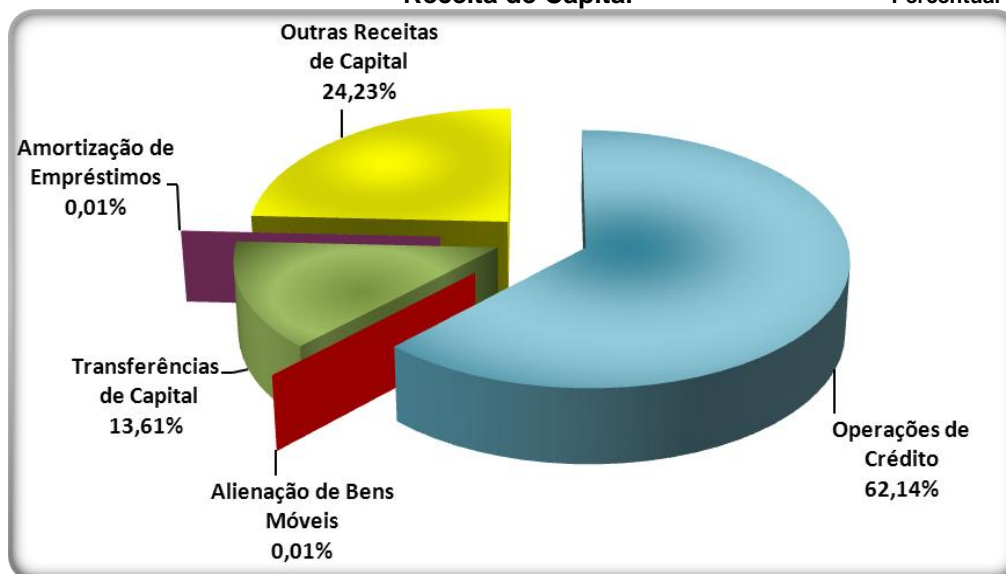
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		R\$ Mil	
			%	
	2012	2013	PART.	VARIAÇÃO
Operações de Crédito	772.175	962.017	62,14	24,59
Alienação de Bens Móveis	20.103	225	0,01	(98,88)
Amortização de Empréstimos	374	103	0,01	(72,52)
Transferências de Capital	148.221	210.628	13,61	42,10
Outras Receitas de Capital	35.877	375.110	24,23	945,56
TOTAL	976.750	1.548.083	100,00	58,49

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI



Gráfico 11
Receita de Capital

Percentual



2.4.1 Operações de Créditos

Na tabela 12 a seguir demonstramos as operações de créditos recebidas pelo Estado em 2013, que totalizaram R\$ 962 milhões, sendo R\$ 482 milhões de operações internas, através da Caixa Econômica Federal – CEF, do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e do Banco do Brasil e R\$ 480 milhões de operações externas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

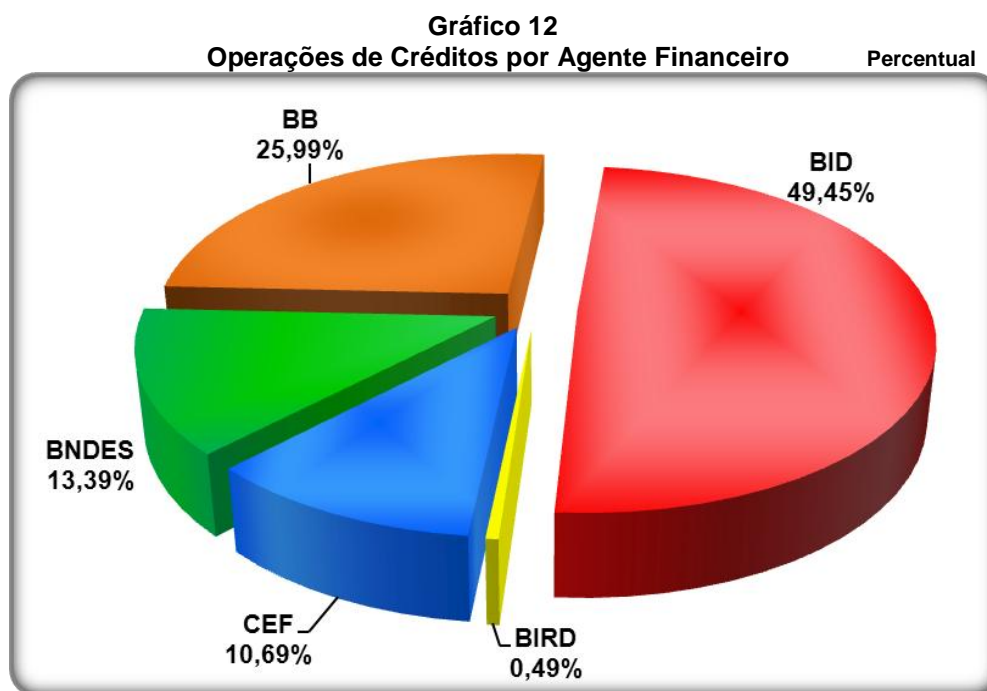
Tabela 12
Operações de Créditos

R\$ Mil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	AGENTE FINANCEIRO	VALOR	PART. %
INTERNA		481.635	50,07
Projeto Minha Casa, Minha Vida - Lei Nº 3.501	CEF	12.815	1,33
Pro-Moradia	CEF	4.094	0,43
Construção da Arena da Amazônia	BNDES	128.773	13,39
Proj. Ações do Ent. Ligação Manaus-Manacapuru - Dup Via AM-070	CEF	18.073	1,88
Cobertura da Arena da Amazônia - Insumo Importado	CEF	67.880	7,06
PROINFRA	BB	250.000	25,99
EXTERNA		480.382	49,93
PROSAMIM	BID	89.001	9,25
PROCONFIS	BID	386.676	40,19
Zona Franca Verde	BIRD	4.705	0,49
TOTAL		962.017	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 12 apresentamos as operações de crédito recebidas por Agente Financeiro sendo R\$ 476 milhões ou 49,45% recebidas do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, R\$ 250 milhões ou 25,99% do Banco do Brasil-BB, R\$ 129 milhões ou 13,39% do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, R\$ 103 milhões ou 10,69% da Caixa Econômica Federal-CEF e R\$ 5 milhões ou 0,49% do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.



2.4.2 Transferências de Capital

Na tabela 13 demonstramos os convênios da União e suas entidades, recebidos em 2013, por cada órgão da administração estadual já acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira, que totalizaram R\$ 113 milhões. Destacamos as participações da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SEINFRA, que recebeu R\$ 57 milhões, ou 49,99%, e a Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP, com R\$ 18 milhões ou 16,29%, as quais correspondem a 66,28% do total repassado pela União.



Tabela 13
Transferências de Capital (Convênios da União e sua Entidades)

R\$ Mil

ÓRGÃO	VALOR	PART. %
Secretaria de Estado de Infra Estrutura - SEINFRA	56.669	49,99
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	18.460	16,29
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS	8.887	7,84
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	5.092	4,49
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	3.644	3,21
Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - AMAZONASTUR	2.862	2,52
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	2.846	2,51
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS	2.809	2,48
Fundo Estadual de Saúde - FES	2.524	2,23
Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	1.765	1,56
Fundação de Medicina Tropical "Dr. Heitor Vieira Dourado"- FMT/AM	1.739	1,53
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	1.113	0,98
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	1.001	0,88
Instituto de Desenv. Agrop. e Florestal Sust. do Estado do Amazonas - IDAM	889	0,78
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	715	0,63
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	658	0,58
Policia Civil do Estado do Amazonas	605	0,53
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI	546	0,48
Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	212	0,19
Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND	202	0,18
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	74	0,07
Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	52	0,05
TOTAL	113.365	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

O Departamento Estadual de Transito – DETRAN recebeu R\$ 648 mil de transferências de convênios de Instituições Privadas e o Fundo Estadual de Saúde recebeu R\$ 200 mil de transferência de convênio do exterior os quais somados aos convênios da união totalizam as transferências de convênio de capital em R\$ 114 milhões.



2.5 Renúncia Fiscal

Na tabela 14 demonstramos a Renúncia Fiscal, no exercício de 2013, que totalizou R\$ 6,186 bilhões, destacamos a Lei nº 2.826 de 2003, com R\$ 5,997 bilhões e participação de 96,95% do total das renúncias, que compõe o setor da Indústria Incentivadas / Crédito Estímulo com R\$ 5,281 bilhões, Indústria Incentivadas / Crédito Presumido de Regionalização com R\$ 604 milhões e Estabelecimentos Comerciais / Redução da Carga Tributária com R\$ 112 milhões.

Tabela 14
Demonstrativo da Renúncia Fiscal

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PART. %
Lei nº 2.826 de 2003	5.996.960	96,95
Leis nº 2.390 de 1996	574	0,01
Lei nº 3.430 de 2009	10.759	0,17
Lei nº 3.830 de 2012	29.325	0,47
Lei nº 3.904 de 2013	3.376	0,05
Lei Complementar nº 19 de 1997	10.854	0,18
Decreto nº 20.686 de 1999	105.694	1,71
Decreto nº 27.500 de 2008	28.212	0,46
TOTAL	6.185.754	100,00

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Este modelo de sucesso instituído pela ZFM representa, em termos de recursos fiscais, 45,45% em relação a arrecadação potencial do ICMS, correspondente ao valor arrecadado no exercício de 2013 de R\$ 7,426 bilhões mais o valor das renúncias de R\$ 6,186 bilhões, totalizando R\$ 13,612 bilhões, significando que para cada R\$ 1,00 arrecadado de ICMS, tem-se uma renúncia de R\$ 0,45 .

3 GESTÃO DA DESPESA

3.1 Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária, também denominada Despesa Pública, representa o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para os investimentos e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Compreende o valor da despesa fixada, conforme determinado na LOA e as alterações ocorridas no exercício. Na tabela 15, apresentamos as despesas por categoria econômica e grupo.

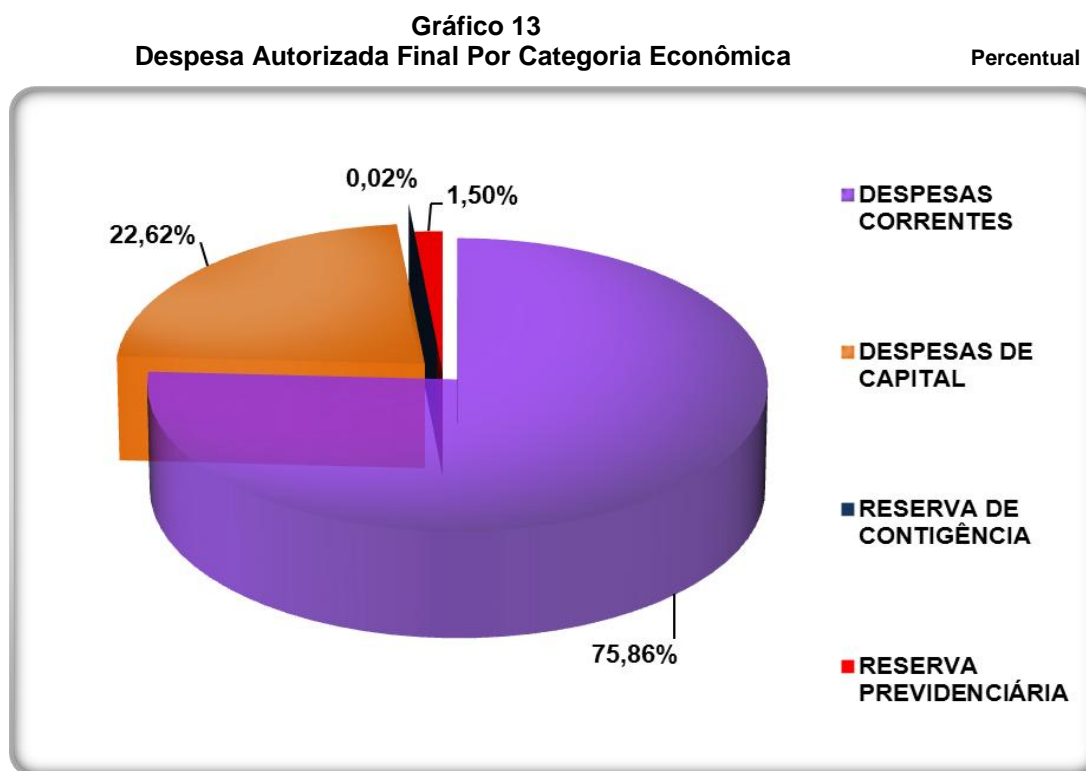
A despesa autorizada final ficou em R\$ 15,794 bilhões, alterada em R\$ 2,809 bilhões em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 21,63% do total fixado inicialmente.

Tabela 15
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica

CATEGORIA ECONOMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	R\$ Mil PART. %
DESPESAS CORRENTES	10.375.997	1.603.769	11.979.766	75,86
Pessoal e Encargos Sociais	4.926.910	415.076	5.341.986	33,82
d/q modalidade 91	255.524	40.941	296.465	1,88
Juros e Encargos da Dívida	202.330	5.038	207.368	1,32
Outras Despesas Correntes	5.246.757	1.183.654	6.430.411	40,72
d/q modalidade 91	46.609	2.952	49.561	0,31
DESPESAS DE CAPITAL	2.155.498	1.417.722	3.573.220	22,62
Investimentos	1.572.589	1.521.304	3.093.893	19,60
Inversões Financeiras	31.059	66.901	97.960	0,62
Amortizações da Dívida	551.850	(170.483)	381.367	2,41
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	214.435	(211.099)	3.336	0,02
RESERVA PREVIDENCIÁRIA	239.168	(1.588)	237.580	1,50
TOTAL	12.985.098	2.808.803	15.793.901	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Demonstramos no gráfico 13 o percentual de participação, por categoria econômica na Despesa autorizada final do Estado.



Na tabela 16, demonstramos a despesa autorizada final por função, com as alterações ocorridas no exercício, com percentuais de participação de cada uma, destacando-se as funções que mais receberam aporte de recursos, a de Urbanismo com R\$ 744 milhões, de Saúde com R\$ 521 milhões, de Educação com R\$ 425 milhões e de Segurança Pública com R\$ 236 milhões, em função da maior arrecadação dos impostos que servem de base para aplicação dos recursos e de operações de créditos.



Tabela 16
Despesa Autorizada Final por Função

R\$ Mil

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
1	Legislativa	392.022	1.773	393.795	2,49
2	Judiciária	462.715	48.954	511.669	3,24
3	Essencial à Justiça	226.337	13.876	240.213	1,52
4	Administração	675.724	81.272	756.995	4,79
6	Segurança Pública	1.006.524	236.308	1.242.832	7,87
8	Assistência Social	117.132	30.335	147.467	0,93
9	Previdência Social	940.234	148.243	1.088.477	6,89
10	Saúde	2.035.566	521.394	2.556.960	16,19
11	Trabalho	12.632	3.826	16.458	0,10
12	Educação	1.871.406	425.298	2.296.704	14,54
13	Cultura	122.651	86.076	208.727	1,32
14	Direitos da Cidadania	180.813	121.252	302.065	1,91
15	Urbanismo	361.137	743.719	1.104.857	7,00
16	Habitação	76.091	27.119	103.210	0,65
17	Saneamento	124.754	106.256	231.010	1,46
18	Gestão Ambiental	71.275	46.306	117.581	0,74
19	Ciência e Tecnologia	103.592	(5.730)	97.862	0,62
20	Agricultura	104.596	70.897	175.493	1,11
21	Organização Agrária	22.185	49.378	71.563	0,45
23	Comércio e Serviços	35.530	25.687	61.217	0,39
24	Comunicações	92.633	(10.860)	81.773	0,52
25	Energia	1.500	(1.482)	18	0,00
26	Transporte	304.747	86.813	391.560	2,48
27	Desporto e Lazer	381.435	151.059	532.494	3,37
28	Encargos Especiais	2.808.264	13.721	2.821.985	17,87
99	Reserva de Contingência	214.435	(211.099)	3.336	0,02
99	Reserva de Previdenciária	239.168	(1.588)	237.580	1,50
TOTAL GERAL		12.985.098	2.808.803	15.793.901	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Destacam-se as participações das funções Encargos Especiais com 17,87%, Saúde com 16,19%, e Educação com 14,54 % do total das despesas autorizadas para 2013.



3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2013 totalizou R\$ 14,570 bilhões que, comparada à autorizada final, resultou numa economia orçamentária de R\$ 1,224 bilhão, representando 7,75% do total da despesa, conforme demonstrado na tabela 17.

Destacamos as despesas empenhadas neste exercício, na modalidade 91, na ordem de R\$ 345 milhões, sendo evidenciado na rubrica Pessoal e Encargos com R\$ 296 milhões e Outras Despesas Correntes com R\$ 49 milhões, modalidade criada para evidenciar as despesas entre órgão da mesma esfera de governo, resultando em uma receita intraorçamentária no órgão recebedor.

Tabela 17
Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada R\$ Mil

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA %	PART. %
DESPESAS CORRENTES	11.979.766	11.710.026	2,25	80,37
Pessoal e Encargos Sociais	5.341.986	5.334.633	0,14	36,62
d/q modalidade 91	261.795	295.752	0,51	2,03
Juros e Encargos da Dívida	207.368	194.420	6,24	1,33
Outras Despesas Correntes	6.430.411	6.180.973	3,88	42,42
d/q modalidade 91	43.327	49.182	0,76	0,34
DESPESAS DE CAPITAL	3.573.220	2.859.500	19,97	19,63
Investimentos	3.093.893	2.406.378	22,22	16,52
Inversões Financeiras	97.960	82.944	15,33	0,57
Amortização da Dívida	381.367	370.178	2,93	2,54
Reserva de Contingência	3.336	-	-	-
Reserva Previdenciária	237.580	-	-	-
TOTAL	15.793.901	14.569.526	7,75	100,00

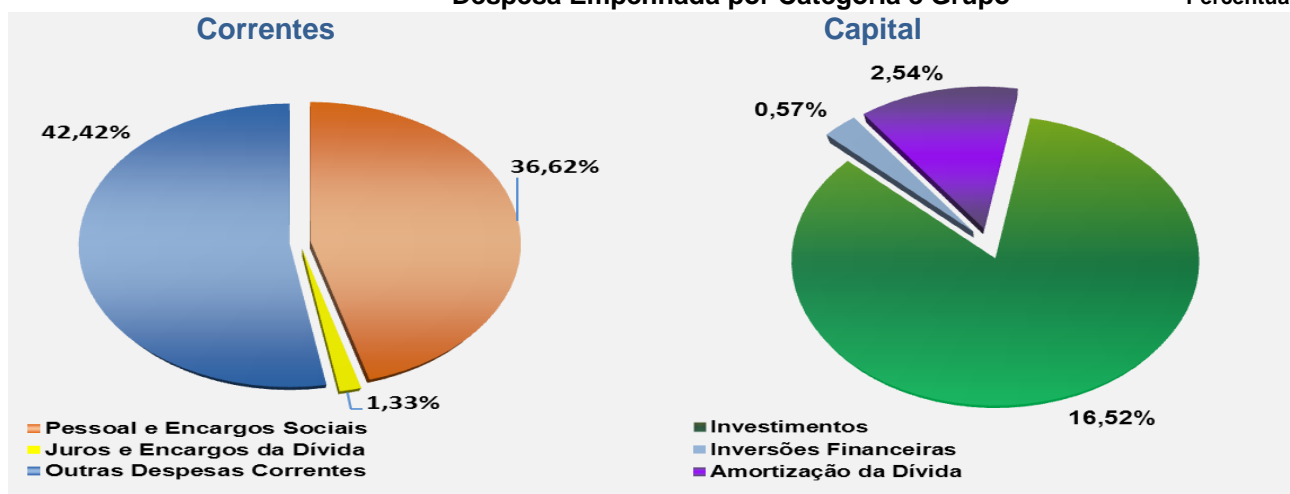
Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 14 evidenciou-se a participação dos grupos de despesas em relação ao total da despesa empenhada, destacam-se os grupos de Pessoal com 36,62%, Outras de Despesas Correntes com 42,42% e investimentos com 16,52%.

Gráfico 14

Despesa Empenhada por Categoria e Grupo

Percentual



A tabela 18 apresenta as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo. Comparando os exercícios de 2009 com 2013, houve um acréscimo nominal de R\$ 5,882 bilhões ou 67,72% e 2013 ante 2012 de R\$ 2,410 bilhões ou 19,82%.

No grupo das despesas com Inversões Financeiras, que totalizaram R\$ 83 milhões, houve uma variação de 179,79%, destaca-se pelo aporte de R\$ 60 milhões de recursos para o Fundo Garantidor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas para construção de uma Unidade Hospitalar na Zona Norte de Manaus.

Tabela 18
Evolução da Despesa Empenhada por Categoria Econômica

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	VAR. %	
						2013 2009	2013 2012
DESPESAS CORRENTES	6.785.163	7.778.803	8.752.722	10.297.953	11.710.026	72,58	13,71
Pessoal e Encargos Sociais	3.438.629	3.717.564	4.354.399	5.206.044	5.334.633	55,14	2,47
d/q modalidade 91	-	-	-	260.459	295.752	0,00	13,55
Juros e Encargos da Dívida	119.389	154.811	186.640	181.217	194.420	62,85	7,29
Outras Despesas Correntes	3.227.144	3.906.428	4.211.683	4.910.692	6.180.973	91,53	25,87
d/q modalidade 91	-	-	-	42.996	49.182	0,00	14,39
DESPESAS DE CAPITAL	1.901.807	1.971.884	1.864.093	1.861.306	2.859.500	50,36	53,63
Investimentos	1.703.007	1.696.249	1.532.369	1.490.750	2.406.378	41,30	61,42
Inversões Financeiras	43.116	113.065	82.863	29.645	82.944	92,38	179,79
Amortização da Dívida	155.684	162.570	248.861	340.911	370.178	137,77	8,58
TOTAL	8.686.970	9.750.687	10.616.815	12.159.259	14.569.526	67,72	19,82

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

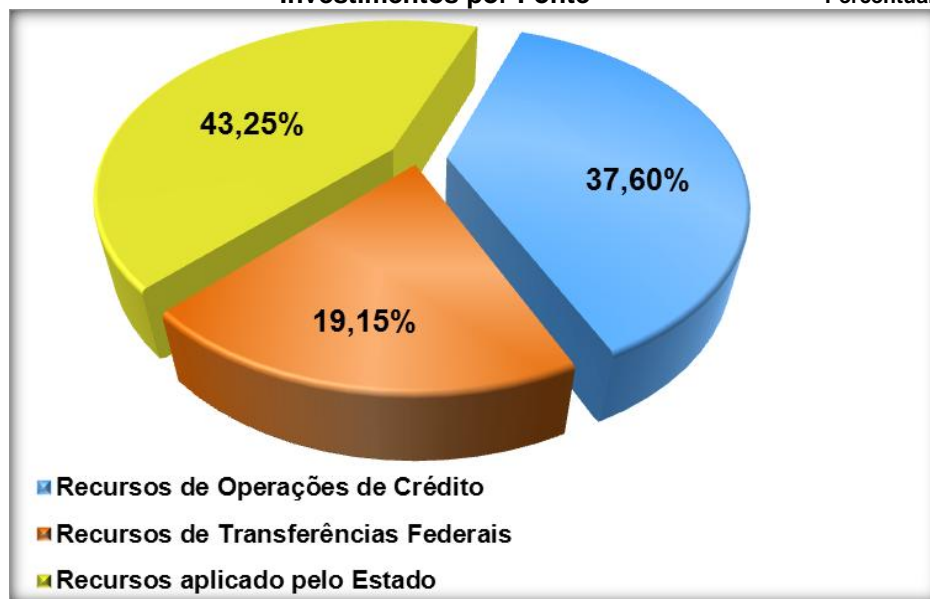
Demonstramos na tabela 19 e gráfico 15 os investimentos do Governo, apresentando uma maior destinação de recursos com fontes própria que representa 43,25% da despesa empenhada neste grupo.

Tabela 19
Despesa Empenhada em Investimentos por fonte

INVESTIMENTO	EMPENHADO	PART. %
Recursos de Operações de Crédito	904.819	37,60
Recursos de Transferências Federais	460.908	19,15
Recursos aplicados pelo Estado	1.040.652	43,25
TOTAL	2.406.378	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 15
Investimentos por Fonte



Demonstramos na tabela 20 a execução das operações de créditos, sendo R\$ 714 milhões de operações internas com participação de 73,84% e R\$ 253 milhões ou 26,16% de operações externas.



Tabela 20
Execução das Operações de Crédito

R\$ Mil

OPERAÇÃO DE CRÉDITO	AGENTE FINANCEIRO	EMPENHADO	% Part
INTERNA		714.359	73,84
Construção da Arena da Amazônia	BNDES	128.773	13,31
Pró Moradia I e II	CEF	4.162	0,43
Projeto Minha Casa, Minha Vida - 1ª Fase	CEF	476	0,05
Projeto Minha Casa, Minha Vida - 2ª Fase	CEF	12.339	1,28
Projeto Manaus Manacapuru - AM 070	CEF	18.073	1,87
PROINVESTE	BB	232.656	24,05
Cobertura da Arena da Amazônia	BNDES	67.880	7,02
PROINFRA	BB	250.000	25,84
EXTERNA		253.038	26,16
Desenv. Sustentável de Alto Solimões - Zona Franca Verde	BIRD	6.900	0,71
PROSAMIM I e II	BID	16.731	1,73
PROSAMIM Suplementar	BID	5.439	0,56
PROSAMIM III	BID	103.364	10,68
PROCONFIS	BID	120.604	12,47
TOTAL		967.397	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

As funções demonstram a área da atuação do governo e as subfunções se referem aos seus desdobramentos, na tabela 21 e gráfico 16 apresentamos as despesas empenhadas por função, comparando 2013 em relação a 2012, com o percentual de participação em cada exercício e variações ocorridas. Em termos de maior aplicação, destacamos as funções Encargos Especiais com R\$ 2,781 bilhões ou 19,09%, Saúde com R\$ 2,402 bilhões ou 16,49%, Educação com R\$ 2,217 bilhões ou 15,22 % e Segurança Pública com R\$ 1,191 bilhão e participação de 8,17% do total.



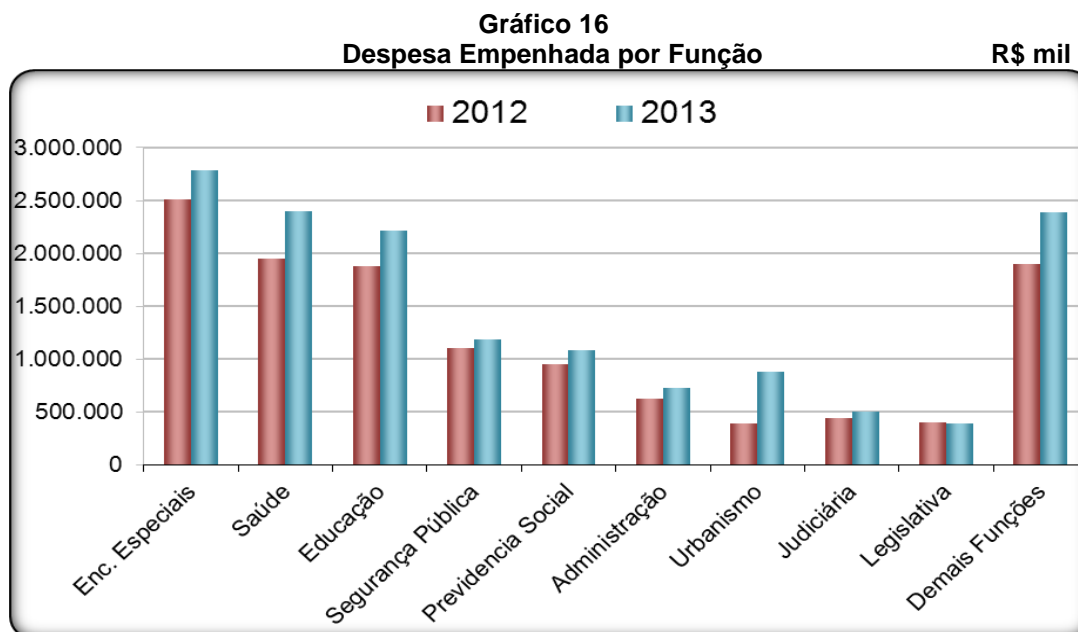
Tabela 21
Comparativo da Despesa Empenhada Por Função

R\$ Mil

CÓDIGO	FUNÇÃO	2012	PART. %	2013	PART. %	VAR. %
1	Legislativa	398.434	2,92	393.454	2,70	(1,25)
2	Judiciária	439.795	3,62	501.354	3,44	14,00
3	Essencial à Justiça	218.201	1,82	233.098	1,60	6,83
4	Administração	629.408	7,82	731.823	5,02	16,27
6	Segurança Pública	1.104.627	7,38	1.190.790	8,17	7,80
8	Assistência Social	130.475	1,17	137.588	0,94	5,45
9	Previdência Social	949.580	2,74	1.082.597	7,43	14,01
10	Saúde	1.955.256	19,45	2.402.368	16,49	22,87
11	Trabalho	13.263	0,14	13.519	0,09	1,93
12	Educação	1.883.255	15,70	2.217.016	15,22	17,72
13	Cultura	213.566	1,22	200.972	1,38	(5,90)
14	Direitos da Cidadania	187.646	1,45	248.547	1,71	32,46
15	Urbanismo	389.825	2,98	877.940	6,03	125,21
16	Habitação	131.113	1,97	85.614	0,59	(34,70)
17	Saneamento	114.306	1,58	139.030	0,95	21,63
18	Gestão Ambiental	53.090	0,62	78.250	0,54	47,39
19	Ciência e Tecnologia	65.762	0,62	76.085	0,52	15,70
20	Agricultura	107.377	1,07	153.559	1,05	43,01
21	Organização Agrária	75.866	0,22	68.022	0,47	(10,34)
23	Comércio e Serviços	41.832	0,19	54.846	0,38	31,11
24	Comunicações	107.837	0,87	80.063	0,55	(25,76)
26	Transporte	201.748	3,33	306.755	2,11	52,05
27	Desporto e Lazer	234.382	0,48	515.173	3,54	119,80
28	Encargos Especiais	2.512.615	20,63	2.781.063	19,09	10,68
TOTAL		12.159.259	100,00	14.569.526	100,00	19,82

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

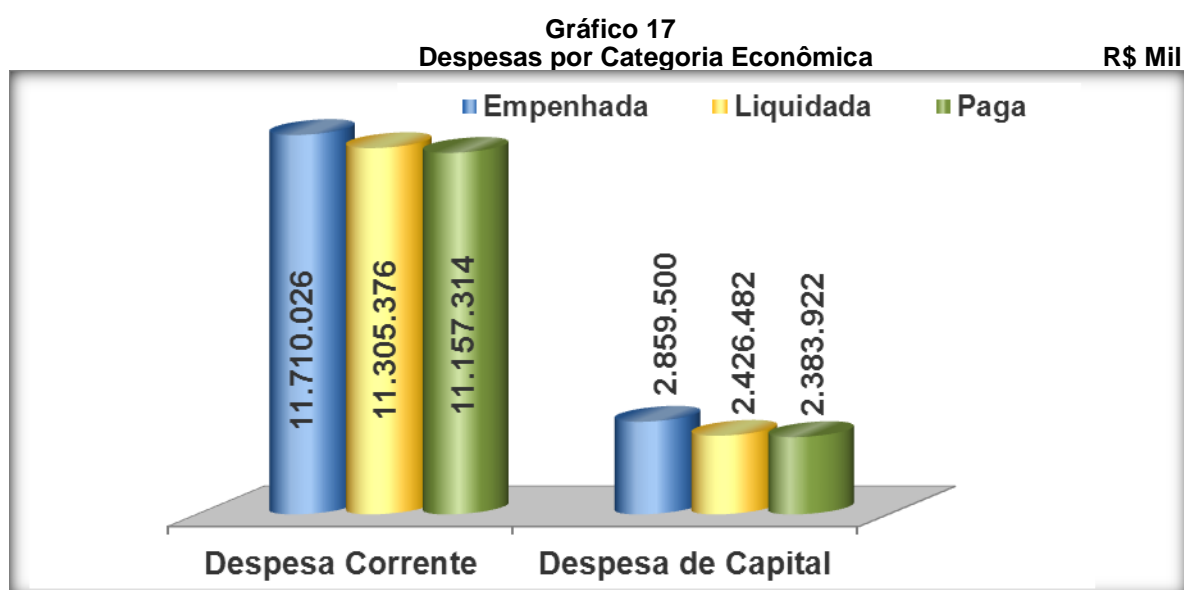
As maiores variações ante 2012 foram das funções Urbanismo com 125,21%, Desporto e Lazer com 119,80%, Transportes com 52,05%, Gestão Ambiental com 47,39% e Agricultura com 43,01%.



Nos Quadros 01 e 02 e 03 em anexo, demonstramos a despesa empenhada por fonte de recursos, por órgão e por categoria e função respectivamente. Comparamos os exercícios de 2012 e 2013, com percentual de participação em cada item.

Demonstramos nos relatórios, em anexo, a Evolução da Despesa Empenhada, Liquidada e Paga, no exercício de 2013, classificada por grupo e natureza de despesa.

O gráfico 17 a seguir apresenta a despesa empenhada, liquidada e paga, no exercício de 2013, classificada por categoria econômica.





3.3 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das distribuições de receitas aos Municípios, contabilizadas pelo Estado do Amazonas no exercício de 2013, foi de R\$ 2,054 bilhões que, comparado com o exercício de 2012, houve um acréscimo de R\$ 224 milhões, com variação nominal positiva de 12,24% conforme demonstrado na tabela 22 gráfico 18.

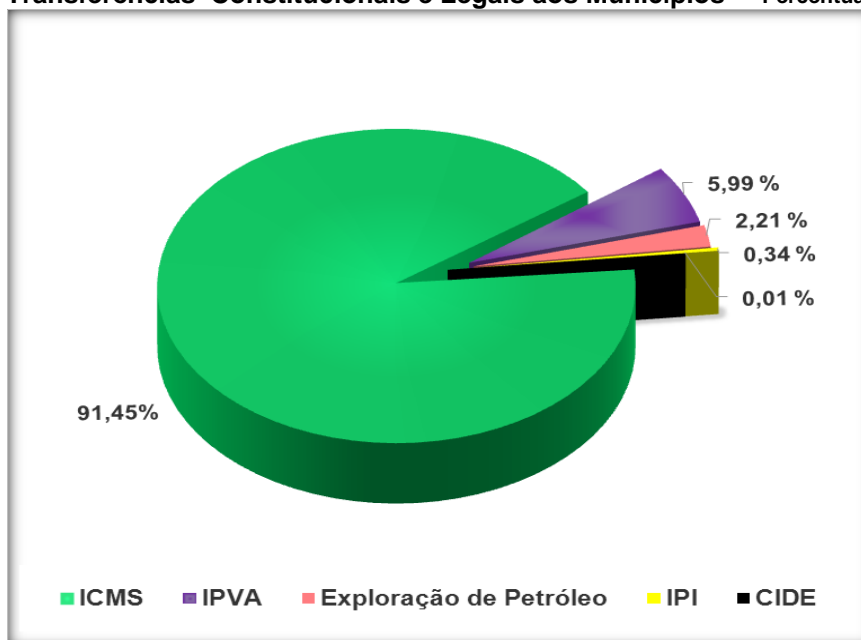
Evidenciamos a fonte do ICMS como a principal participação das transferências aos municípios, com 91,45%, tendo uma variação nominal positiva de 12,71% em relação a 2012, ou R\$ 212 milhões.

Tabela 22
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios R\$ Mil

FONTE	2012	2013	PART. %	VAR. %
ICMS	1.666.235	1.878.070	91,45	12,71
IPVA	103.698	122.834	5,99	18,45
Exploração de Petróleo	47.252	45.447	2,21	(3,82)
IPI	7.670	7.054	0,34	(8,03)
CIDE	4.778	237	0,01	(95,04)
TOTAL	1.829.634	2.053.642	100,00	12,24

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 18
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios Percentual



3.4 Repasse aos Poderes

No exercício de 2013, foi repassado aos Poderes o total de R\$ 1,018 bilhão que, comparado com o exercício de 2012, apresentou um acréscimo nominal de R\$ 74 milhões, conforme demonstramos na tabela 23 e gráfico 19.

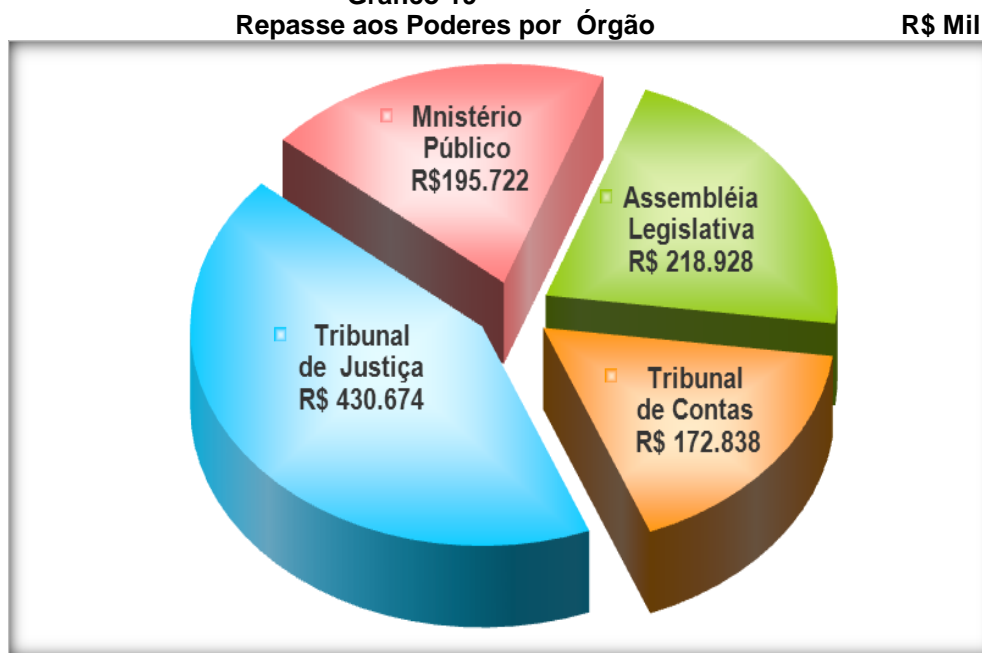
Tabela 23
Repasse aos Poderes

ORGÃO	2012	2013
Assembleia Legislativa - ALE	208.853	218.928
Tribunal de Contas - TCE	158.853	172.838
Tribunal de Justiça - TJ	396.537	430.674
Ministério Público - MP	180.251	195.722
TOTAL	944.493	1.018.162

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No valor repassado em 2013, estão incluídos os valores de R\$ 4,340 milhões, referente a saldo de repasse de 2012 do Tribunal de Justiça e o valor de R\$ 5,600 milhões, referente a saldo de repasse de 2012 do Ministério Público.

Gráfico 19
Repasse aos Poderes por Órgão



4 ANÁLISE DOS BALANÇOS

4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, o qual apresentamos sinteticamente na tabela 24.

O Estado do Amazonas apresentou um déficit orçamentário de R\$ 37 milhões em 2013, no entanto, analisando sob o enfoque da utilização do superávit financeiro de 2012, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com recursos de exercícios anteriores, no total de R\$ 990 milhões, conforme demonstrada no quadro 01, em anexo, correspondente à utilização de créditos orçamentários abertos por conta daquele superávit financeiro, temos um superávit orçamentário, no exercício, da ordem de R\$ 953 milhões.

Tabela 24
Comparativo do Balanço Orçamentário

R\$ Mil

FONTE	2012	2013	VAR %
1 Receita Prevista	11.139.410	12.985.098	16,57
2 Receita Arrecadada	12.964.429	14.532.631	12,10
3 Superávit de Arrecadação (2-1)	1.825.019	1.547.533	(15,20)
4 Despesa Autorizada	13.512.762	15.793.901	16,88
5 Despesa Empenhada	12.159.259	14.569.526	19,82
6 Economia Orçamentária (4-5)	1.353.503	1.224.375	(9,54)
7 Déficit / Superávit Orçamentário (2-5)	805.170	(36.895)	(95,42)
8 Despesa pelo Superávit Financeiro	361.075	989.793	174,12
9 Superávit Orçamentário 7+8	1.166.245	952.899	(18,29)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Apresentamos, na tabela 25, o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, que apresenta, também, o déficit orçamentário de R\$ 37 milhões do exercício de 2013, novamente, se não considerarmos as despesas empenhadas com base no superávit financeiro de 2012, as quais não tem a receita correspondente no exercício de 2013, temos um superávit orçamentário de R\$ 953 milhões.



Tabela 25
Resultado da Execução Orçamentária

R\$ Mil

FONTE	EXECUÇÃO
1 Receitas Correntes	14.516.335
2 Despesas Correntes	11.710.026
3 Deduções da Receita	1.531.787
4 Resultado do Orçamento Corrente (1-2-3)	1.274.522
5 Receitas de Capital	1.548.083
6 Despesas de Capital	2.859.500
7 Resultado do Orçamento de Capital (5-6)	(1.311.417)
8 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO (4 + 7)	(36.895)
9 Despesas pelo Superávit Financeiro	989.793
10 SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (8+9)	952.899

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

4.2 Balanço Financeiro

De acordo com o art. 103 da lei nº 4.320/64 o Balanço Financeiro “demonstra as receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias, bem como os saldos disponíveis do exercício anterior e o que se transfere para o exercício seguinte”.

Apresentamos, na tabela 26, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro Consolidado do Estado, dos exercícios de 2012 e 2013.

O resultado financeiro apurado em 2013 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias, extraorçamentárias e interferências ativas e o somatório das despesas orçamentárias, extraorçamentárias e interferências passivas) foi positivo em R\$ 234 milhões.

O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior.

Esse resultado considera a utilização, neste exercício, de R\$ 990 milhões do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2012, se o desconsiderarmos, pois não tem a correspondente receita no exercício, teremos um resultado positivo de R\$ 1,224 bilhão.



Tabela 26
Demonstrativo do Balanço Financeiro

R\$ Mil

FONTE	2012	2013	VAR. %
1 Receita Orçamentária	12.964.429	14.532.631	12,10
2 Receita Extraorçamentária	8.256.507	9.426.481	14,17
3 Interferências Ativas	22.414.030	25.241.665	12,62
4 Despesa Orçamentária	12.159.259	14.569.526	19,82
5 Despesa Extra - Orçamentária	8.052.012	9.076.186	12,72
6 Interferências Passivas	21.764.082	25.321.247	16,34
7 Saldo do Exercício Anterior	1.760.712	3.420.326	94,26
8 Saldo para o Exercício Seguinte	3.420.326	3.654.144	6,84
9 Resultado Financeiro ((1+2+3) - (4+5+6))	1.659.613	233.818	(85,91)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

4.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado. Apresentamos na tabela 27 uma síntese do Balanço, onde fica evidenciado, através do saldo patrimonial positivo acumulado, no exercício de 2013, um acréscimo nominal de 5,65% ante 2012, ou R\$ 312 milhões.

O recurso para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro (Disponível + Créditos em circulação = R\$ 3,868 bilhões) e passivo financeiro (Depósitos + Obrigações por empenho = R\$ 1,470 bilhão), que resultou em R\$ 2,398 bilhões para o exercício de 2013.

O valor de R\$ 5,920 bilhões, representado pelo Imobilizado no anexo 14 - Balanço Patrimonial de 2013, no nosso entendimento não reflete a realidade, tendo em vista que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. Em nossa análise, faz-se necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros, apesar de alguns órgãos já procederem a correção dos bens, estes não são ainda de valores significativos em relação ao total.



Tabela 27
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

R\$ Mil

FONTE	2012	2013	VAR. %
1 Ativo Financeiro	3.632.674	3.868.042	6,48
2 Bens e Valores em Circulação	53.401	245.619	359,95
3 Realizável a LP	2.480.156	2.586.727	4,30
4 Ativo Permanente	5.436.086	6.464.156	18,91
5 Ativo Compensado	14.329.875	14.321.966	(0,06)
6 TOTAL DO ATIVO	25.932.194	27.486.511	5,99
7 Passivo Financeiro	1.251.840	1.469.754	17,41
8 Exigível a LP	4.822.427	5.854.411	21,40
9 Passivo Compensado	14.329.875	14.321.966	(0,06)
10 PASSIVO REAL	20.404.143	21.646.132	6,09
SALDO PATRIMONIAL (6-10)	5.528.051	5.840.379	5,65

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

O Balanço Patrimonial apresentou um disponível de R\$ 3,654 bilhões já considerando os saldos do RPPS – Regime Próprio de Previdência do Estado - Fundação AMAZONPREV, que totalizaram R\$ 1,292 bilhão.

4.3.1 Resultado / Saldo Patrimonial

O Estado do Amazonas apresentou em 2013 um resultado patrimonial positivo de R\$ 312 milhões, elevando o saldo patrimonial acumulado para R\$ 5,840 bilhões, com variação nominal positiva ante 2012 de 5,65%, apurado no Balanço Patrimonial, conforme demonstramos na tabela 28.

Tabela 28
Resultado / Saldo Patrimonial

R\$ Mil

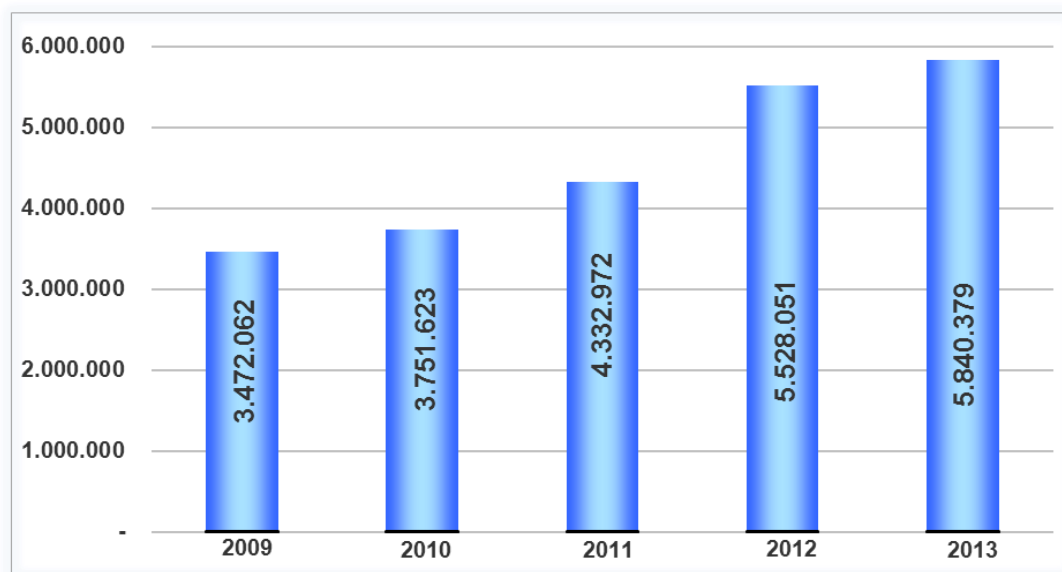
EXERCÍCIO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	SALDO PATRIMONIAL ACUMULADO	VAR. %
2009	58.891	3.472.062	1,73
2010	279.561	3.751.623	8,05
2011	581.350	4.332.972	15,50
2012	1.195.078	5.528.051	27,58
2013	312.328	5.840.379	5,65

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 20, demonstramos a evolução do saldo patrimonial acumulado, de 2009 a 2013, evidenciando resultados positivos nos últimos cinco exercícios, com variação nominal de 2013 ante 2009 de 68,21 %, ou R\$ 2,368 bilhões.



Gráfico 20
Saldo Patrimonial – 2009 a 2013



4.4 Variações Patrimoniais

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais é apresentado em duas seções (variações ativas e passivas), distribuídas em três grupos, que apresentamos sinteticamente, na tabela 29.

O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações ativas e passivas. No exercício de 2013, foi verificado um resultado superavitário de R\$ 312 milhões, com variação negativa de 73,87% ante 2012.

Tabela 29
Demonstrativo das Variações Patrimoniais

FONTE	2012	2013	VAR %
1 Variações Ativas	58.718.647	137.454.947	134,09
1.1 Resultantes da Execução Orçamentária	12.964.429	14.532.631	12,10
1.2 Mutações Patrimoniais	849.235	1.171.188	37,91
1.3 Independentes da Execução Orçamentária	44.904.983	121.751.127	171,13
2 Variações Passivas	57.523.568	137.142.618	138,41
2.1 Resultantes da Execução Orçamentária	12.159.259	14.569.526	19,82
2.2 Mutações Patrimoniais	838.062	1.026.152	22,44
2.3 Independentes da Execução Orçamentária	44.526.248	121.546.940	172,98
3 Resultado Patrimonial (1-2)	1.195.078	312.328	(73,87)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



4.5 DEPRECIÇÃO DO IMOBILIZADO

A depreciação dos Bens Móveis foi implementada observando a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.136/08 e da macrofunção 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN adotada pelo Estado como metodologia de cálculo seguindo o método linear de cotas constantes que considera a Vida Útil e Valor Residual de cada bem. Na Fundação AMAZONPREV, a depreciação dos bens móveis segue o método de taxas fiscais (Tabela da Receita Federal) e para os Bens Imóveis a metodologia linear de cotas constantes definida pelo Ministério da Previdência Social.

O procedimento foi aplicado inicialmente na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ para os bens móveis adquiridos e/ou incorporados a partir de 2010. Foram incluídas no processo 23 (cinte e três) Unidades Gestoras até o exercício de 2013 totalizando uma depreciação acumulada de R\$ 6 milhões, conforme demonstrados na tabela 30.

Tabela 30
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis **R\$ Mil**

DEPRECIÇÃO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA / ATÉ 2012	DEPRECIÇÃO ACUMULADA / ATÉ 2013
Bens Móveis	4.111	5.998
Bens Imóveis	245	491
TOTAL	4.356	6.489

Fonte: Sistema de Administração de Bens Patrimoniais - ABP/SEFAZ, AJURI/ SEAD e AMAZONPREV

5. BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 04, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.



6 GESTÃO DA DÍVIDA

6.1 Dívida Ativa

Em 2013 foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 445 milhões, representando 21,45% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2012. Os valores recebidos no exercício foram de R\$ 61 milhões, representando 2,95% do saldo do estoque da dívida existente em 2012. Foram recuperados R\$105 mil em adjudicações, representando 0,01% do saldo da dívida de 2012. Os ajustes de exercícios anteriores foram negativos em R\$ 262 milhões representando 12,61% do saldo de 2012.

Ocorreram, ainda, baixa de Certificados de Dívida Ativa – CDA (Anistia Fiscal) no valor total de R\$ 56 milhões, representando 2,69% do saldo da dívida de 2012 .O saldo final do estoque da dívida em 2013, foi de R\$ 2,142 bilhões, com acréscimo nominal de 3,19% ante 2012, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 31.

Tabela 31
Demonstrativo da Dívida Ativa

R\$ Mil

DÍVIDA ATIVA	VALOR	% SOBRE 2012
Saldo em 31/12/2012	2.075.653	
(+) Inscrições em 2013	445.128	21,45
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	(261.733)	-12,61
(-) Valores Recebidos (Principal, juros, Multas e Correção Monetária)	61.299	2,95
(-) Valores Recuperados (Adjudicações)	105	0,01
(-) Baixa de CDA em 2013	55.787	2,69
SALDO EM 31/12/2013	2.141.858	3,19

Fonte: Secretaria Executiva da Receita



6.2 Dívida Pública

Constituem a dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa, enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 23,95% do total, aquelas são compostas por obrigações de médio e longo prazo e representam 76,05% desse total, sendo oriunda de contratos dentre os quais destacamos: o refinanciamento do Estado com a União e os contratos no âmbito dos programas, PROSAMIM, Zona Franca Verde, Pró-Saneamento, Abastecimento de Águas de Manaus, Pró-moradia, Projeto Minha Casa Minha Vida, Construção da Arena da Amazônia, Cobertura da Arena da Amazônia, Duplicação da AM 070-Manaus Manacapuru, PROINFRA e PROCONFIS.

A dívida consolidada no Estado do Amazonas, apresentou um saldo, em 31/12/2013, de R\$ 6,137 bilhões, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 32 e Gráfico 21.

Tabela 32
Dívida Pública

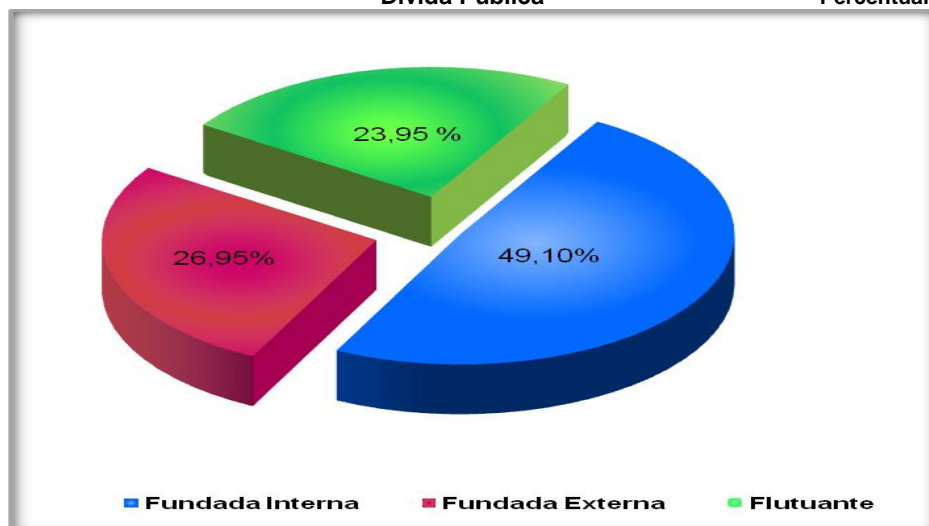
R\$ Mil

DÍVIDA	VALOR		%	
	2012	2013	PART.	VAR.
Fundada Interna	2.821.061	3.013.147	49,10	6,81
Fundada Externa	1.056.912	1.654.316	26,95	56,52
Flutuante	1.251.840	1.469.754	23,95	17,41
TOTAL	5.129.813	6.137.217	100,00	19,64

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 21
Dívida Pública

Percentual



A dívida fundada total de R\$ 4,667 bilhões, representa 22,59% do limite global de 2(duas) vezes a receita corrente líquida que em 2013 totalizou R\$ 20.659 bilhões, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento acima explicitado.

No exercício financeiro de 2013, houve um acréscimo nominal de 19,64% no total do estoque da Dívida Pública, em relação ao exercício de 2012. Esse fato é reflexo, principalmente, das novas operações de crédito recebidas em 2013 que totalizaram R\$ 962 milhões, e um acréscimo na dívida fluante de R\$ 218 milhões.

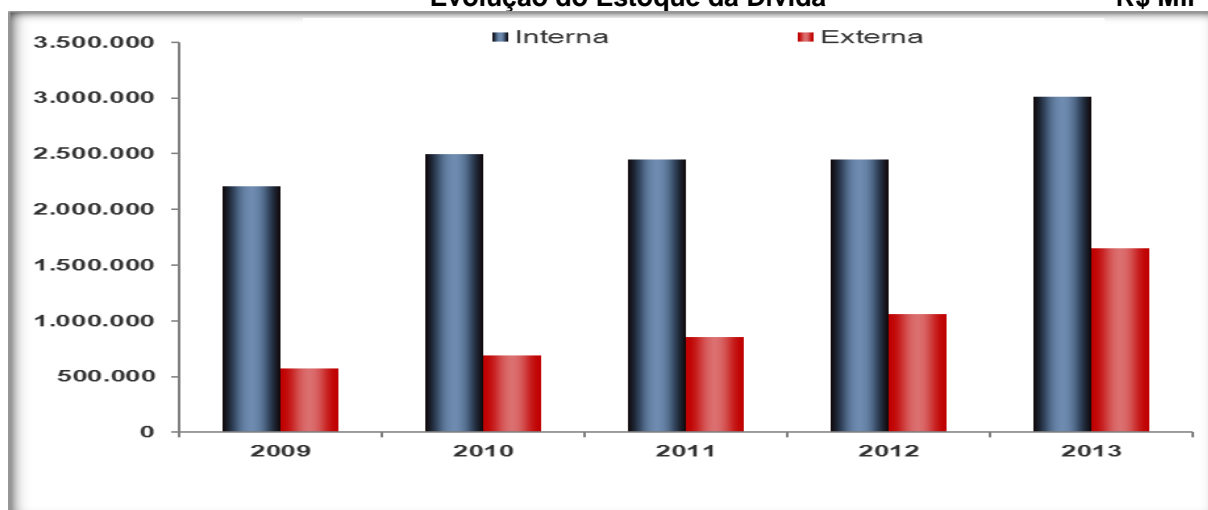
Analisando a dívida fundada ao longo dos anos percebe-se que o valor nominal de 2013 se mantém relativamente estável face a RCL de 45,18%, pois o Estado apresenta uma relação 0,09% maior da dívida versus receita corrente líquida de 2009 de 45,09%, conforme tabela 33 e gráfico 22.

Tabela 33
Comparativo da Dívida Fundada X Receita Corrente Líquida **R\$ Mil**

Dívida	2009	2010	2011	2012	2013
Interna	2.206.162	2.497.385	2.450.158	2.821.061	3.013.147
Externa	572.067	691.132	852.032	1.056.912	1.654.316
Total	2.778.229	3.188.517	3.302.190	3.877.973	4.667.463
RCL do Exercício	6.161.491	7.407.732	8.515.352	9.655.316	10.329.762
Div. Fundada / RCL (%)	45,09	43,04	38,78	40,16	45,18

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 22
Evolução do Estoque da Dívida **R\$ Mil**



7 GESTÃO FISCAL

7.1 Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Esse percentual é repartido entre os poderes, conforme Art. 20, inciso II da LRF em: 3% para o Legislativo, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2% para o Ministério Público.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentária nº 3.778 de 18/07/2012, Art.11, Parágrafo 2º, Inciso I, ficou definido a repartição para o Poder Legislativo da seguinte forma: 1,7% para Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e 1,3% para o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB.

O Estado do Amazonas, em 2013, apurou uma despesa líquida total com pessoal de 51,71% em relação à receita corrente líquida – RCL, cabendo ao Poder Executivo 43,59%, ao Poder Legislativo 2,40%, ao Poder Judiciário 4,05% e ao Ministério Público 1,67%, portanto, abaixo dos limites estabelecidos em Lei, conforme demonstramos na tabela 34, valores calculados pela SEFAZ, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 - LRF



Tabela 34
Demonstrativo de Gastos com Pessoal

R\$ Mil

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
PODER EXECUTIVO (I)	4.502.921	43,59
Pessoal Ativo	3.463.487	33,53
Pessoal Inativo e Pensionista	1.013.751	9,81
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	403.880	3,91
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	19.931	0,19
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	4.208	0,04
(-) Indenizações por Demissão	118	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	353.940	3,43
PODER LEGISLATIVO (II)	247.955	2,40
Assembleia Legislativa - ALE	134.017	1,30
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	113.939	1,10
PODER JUDICIÁRIO (III)	418.181	4,05
Tribunal de Justiça	418.181	4,05
MINISTÉRIO PÚBLICO (IV)	172.414	1,67
Procuradoria Geral de Justiça	172.414	1,67
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I+II+III+IV)	5.341.472	51,71
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	10.329.762	
LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)	6.197.857	
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)	5.887.965	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI
Valores calculados pela SEFAZ

Demonstramos, na tabela 35 e gráfico 23, a evolução anual da relação dos Gastos com Pessoal x Receita Corrente Líquida – RCL, no período de 2009 a 2013, observa-se que o Estado vem mantendo uma média de 50% nesta relação, portanto, dentro do limite da LRF.



Tabela 35
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2009 a 2013

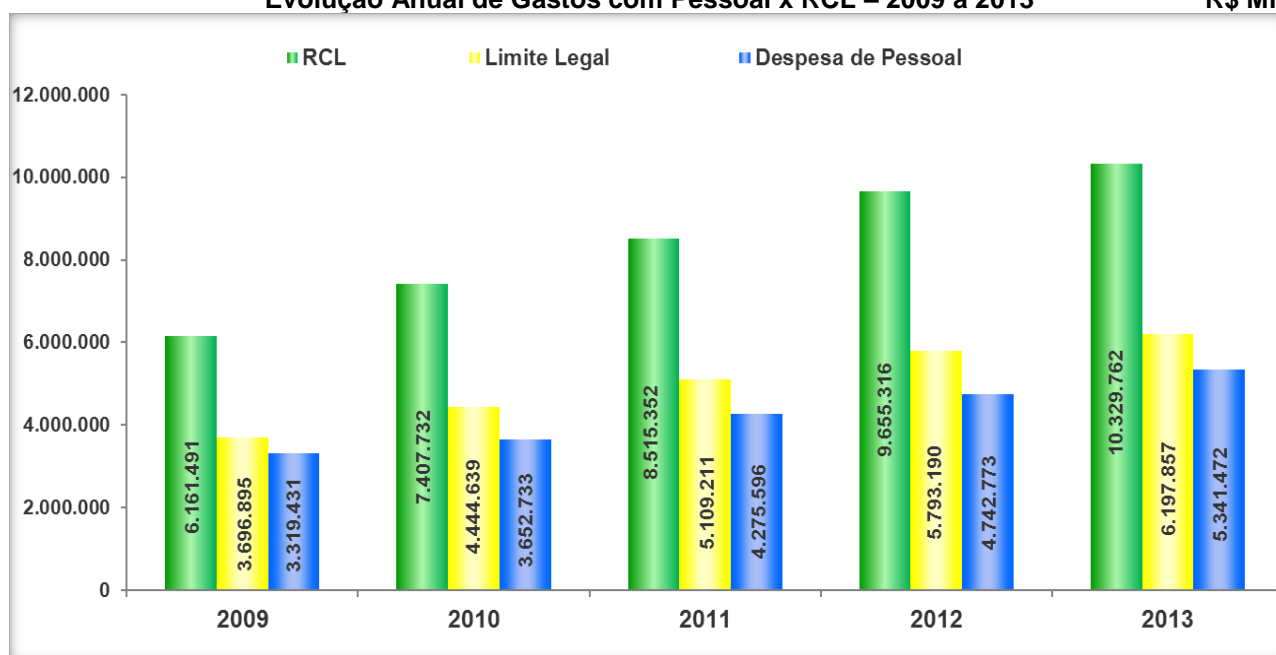
R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
RCL	6.161.491	7.407.732	8.515.352	9.655.316	10.329.762
Despesa de Pessoal	3.319.431	3.652.733	4.275.596	4.742.773	5.341.472
Limite Legal (60% s/ RCL)	3.696.895	4.444.639	5.109.211	5.793.190	6.197.857
% Relação Pessoal/RCL	53,87	49,31	50,21	49,12	51,71

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro

Gráfico 23
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2009 a 2013

R\$ Mil



7.2 Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o “Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2013, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 2,021 bilhões, correspondente a 25,04% da receita de impostos e transferências, conforme definição constitucional.



A seguir, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior ao limite mínimo estabelecido legalmente, em R\$ 2,964 milhões.

Tabela 36
Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal) R\$ Mil

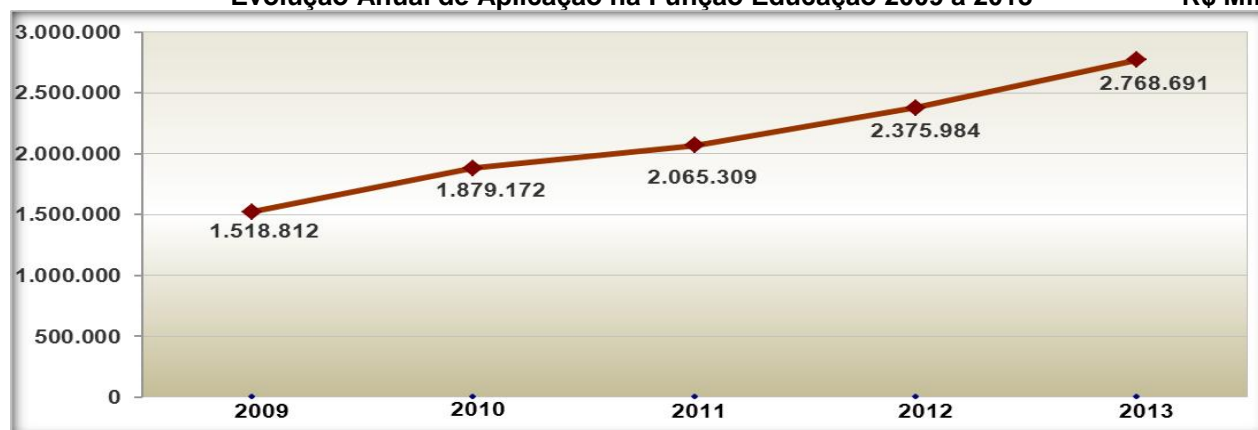
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receita de Impostos		8.177.560
2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais		1.902.266
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		2.007.958
4. TOTAL (1+2-3)		8.071.868
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)	25,00%	2.017.967
6. VALOR APLICADO	25,04%	2.020.931
7. DIFERENÇA (6-5)	0,04%	2.964

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, que totalizou R\$ 2,217 bilhões, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios de R\$ 552 milhões, teremos uma aplicação total de R\$ 2,769 bilhões, ou seja, R\$ 748 milhões a mais do valor aplicado, demonstrado na tabela 36 acima.

Demonstramos, no gráfico 24, a evolução anual da aplicação na função educação, no período de 2009 a 2013, considerando o total da função Educação mais a redistribuição aos municípios do FUNDEB.

Gráfico 24
Evolução Anual de Aplicação na Função Educação 2009 a 2013 R\$ Mil



Nota: Considerando a redistribuição aos Municípios

Em 2013, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas, a diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 552 milhões, ou seja, 36,02% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 37, por fonte.

Tabela 37
Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo - FUNDEB **R\$ Mil**

FONTE	REPASSE	RATEIO	PART. %	DIFERENÇA	% DIF./REP.
	(A)	(B)		(A-B)	
ICMS E ACESSORIAS	1.126.840	683.037	69,69	443.803	39,38
IPVA E ACESSÓRIAS	24.564	22.615	2,31	1.949	7,93
ITCMD	1.352	610	0,06	742	54,87
ITR	-	98	0,01	(98)	-
FPE	371.850	171.227	17,47	200.623	53,95
FPM	-	98.117	10,01	(98.117)	-
IPI	4.233	2.599	0,27	1.634	38,60
Lei Kandir	2.948	1.810	0,18	1.138	38,60
TOTAL	1.531.787	980.112	100,00	551.675	36,02

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

7.3 Aplicação na Saúde

De acordo com o Art. 77 inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2013, o Estado do Amazonas, aplicou R\$ 1,869 bilhão, ou 23,16%, excedendo em R\$ 901 milhões o mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 38.



Tabela 38
Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal) R\$ Mil

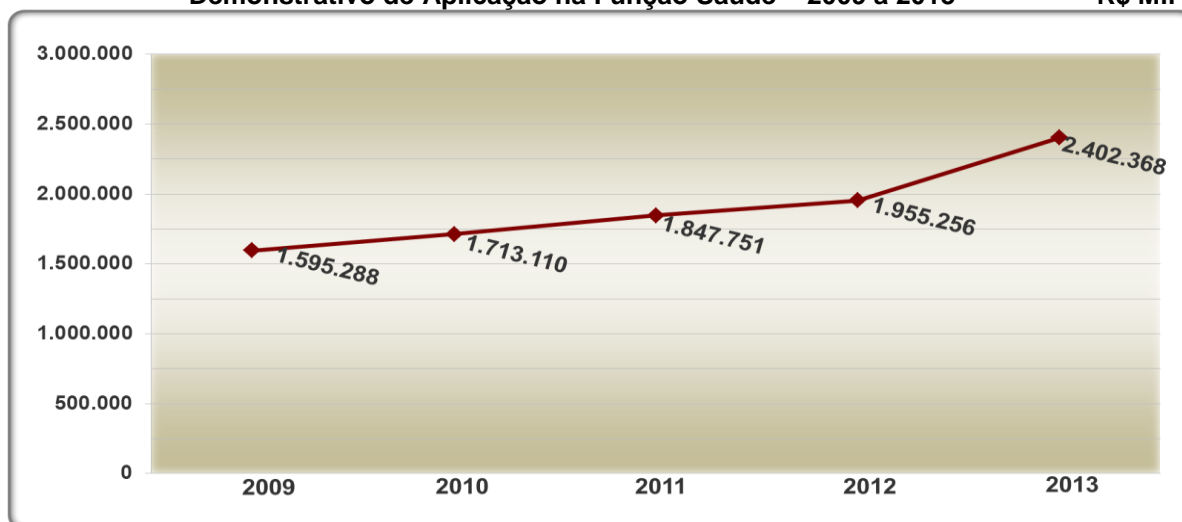
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receitas de Impostos		8.177.560
2. Transferências da União		1.902.208
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		2.007.958
4. Total (1+2-3)		8.071.809
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% DO 4)	12,00%	968.617
6. TOTAL APLICADO	23,16%	1.869.506
7. DIFERENÇA (6-5)	11,16%	900.889

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Se considerarmos o valor total da função Saúde em 2013, teremos que o Estado aplicou nas ações de saúde R\$ 2,402 bilhões, R\$ 533 milhões a mais que o valor aplicado, conforme conceito constitucional.

No Gráfico 25 demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2009 a 2013.

Gráfico 25
Demonstrativo de Aplicação na Função Saúde - 2009 a 2013 R\$ Mil





9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial deste relatório é o de subsidiar o processo de avaliação e desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, através da demonstração dos resultados alcançados no exercício de 2013. Acreditamos que, dessa forma, estaremos contribuindo para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.

Diante da missão de subsidiar os nossos gestores por meio de informações confiáveis, ainda nos restam muitos objetivos a serem alcançados e melhorias a serem implementadas. Ressaltamos que, apesar de todas as dificuldades, nossa equipe técnica tem sido incansável na busca por um constante aprimoramento das informações prestadas.

Dentre os esforços já realizados podemos citar as melhorias no Sistema de Administração Financeira-AFI, que muito auxiliaram aos órgãos e ao próprio governo no registro dos atos e fatos da administração. Isso tem resultado na maior publicidade das informações por meio do Portal da Transparência do Governo do Amazonas.

Nossos agradecimentos, primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela saúde e pela oportunidade de realização deste trabalho. Agradecemos também ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário da Fazenda, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe.

A toda equipe da Secretaria do Tesouro a nossa gratidão pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. Agradecemos, de forma especial, ao Departamento de Contabilidade Pública e a Gerência de Contabilidade que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado. Agradecemos, ainda, aos técnicos do Departamento de Tecnologia da Informação-DETIN, aos demais setores da SEFAZ e aos diversos órgãos da administração direta e indireta pela colaboração dispensada ao longo do exercício de 2013.



Agradecimento fraterno à equipe da Comissão Permanente das Contas do Governo, do Tribunal de Contas do Estado, pelas orientações e parceria na busca de soluções técnicas, objetivando a transparência nos registros dos atos e fatos no trato da coisa pública. Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado, obrigado.

Manaus, 31 de março de 2013.

Edson Theophilo Ramos Pará
Secretário Executivo do Tesouro

Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora do Departamento de Contabilidade
CRC N° 07984/AM